



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



RELATÓRIO INTEGRADO ANUAL - EXERCÍCIO 2021

O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO APRESENTA SEU RELATÓRIO INTEGRADO ANUAL 2021, COM OS PRINCIPAIS RESULTADOS E DESTAQUES DO ANO.

1. Mensagem do Presidente

Concluímos o terceiro ano do atual ciclo de gestão empresarial com números que impressionam. O volume das transações, das entregas de novos produtos e serviços para nossos clientes, as linhas de código desenvolvidas, os investimentos em infraestrutura tecnológica e em segurança traduzem o tamanho e a relevância do Serpro, e demonstram o seu crescente desafio. Temos a convicção, por isso, de que os resultados que vêm desses números mudam a vida dos cidadãos brasileiros, das instituições públicas e privadas que atendemos, e concretizam a nossa missão de conectar governo e sociedade com soluções digitais inovadoras. Juntos com os nossos clientes, impulsionamos políticas públicas para fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. Migramos os serviços de Estado para o **cloud** dos cidadãos, combatendo a burocracia e facilitando o acesso aos serviços digitais, tanto públicos quanto privados.

Além de tudo isso, o Serpro tem muito o que mostrar. Desde o grande avanço do Gov.br, que hoje atende a mais de 120 milhões de brasileiros, até a modernização das contas públicas, a venda de imóveis da União, a titulação de terras rurais, os novos apps do governo, a ampliação da utilização de ferramentas de inteligência artificial nos serviços, entre muitas outras ações que evidenciam nosso empenho e o progresso da transformação digital do Brasil. Registramos ainda em 2021 avanços significativos no campo da biometria e da identificação digital. Firmamos contrato com o Tribunal Superior Eleitoral para o lançamento da Identidade Digital e com o Embarque + Seguro inauguramos uma nova era de facilidades e segurança para as pessoas.

Neste ano, tivemos o privilégio de apoiar o Ministério da Economia para posicionar o Brasil no ranking da ONU que avalia os 20 países que oferecem melhores serviços públicos online do mundo. Somos o 1º país da América do Sul e o 2º das Américas. Também comemoramos a posição brasileira na avaliação do Banco Mundial, que nos indicou como o 7º país do mundo com a maior maturidade em governo digital, o único com mais de 100 milhões de habitantes. Esses resultados são frutos de investimentos coordenados entre os órgãos de governo, sem precedentes na história do Brasil, que inauguraram a este entregando políticas públicas estruturadas em torno da desburocratização do Estado e da transformação digital.

A gestão da companhia seguiu investindo e ajustando a sua estrutura para melhorar os índices de eficiência operacional. Isso tem trazido resultados significativos, reinvestidos na renovação do parque tecnológico, na ampliação em mais de 20% da capacidade de entrega para os clientes, e no aumento dos investimentos em segurança e proteção de dados.

Os resultados financeiros positivos do Serpro, frente à continuidade da pandemia e dos impactos na economia global em 2021 resultam do esforço de todas as áreas em sanear despesas, na realização de bons investimentos, do nosso sucesso na ampliação da carteira de clientes no mercado privado e da estratégia de lançamento de novos produtos e serviços. Seguimos avançando com a política de internacionalização, posicionando as soluções da empresa junto a novos e importantes players internacionais. Inauguramos um programa de aproximação com o ecossistema de startups e aperfeiçoamos nossas parcerias.

Todos esses esforços consolidam uma empresa sustentável, que investe em inovação permanente e constantemente. Uma empresa cliente do seu compromisso com a governança, transparência e com a ética pública. Uma empresa que valoriza sua capital intelectual, com empregados comprometidos com a geração de valor e que aplicam sua competência e inteligência para o alcance dos resultados apresentados neste relatório.

Aos 57 anos, o Serpro é cada vez mais relevante e atuante, melhorando o ambiente de negócios e a vida dos cidadãos brasileiros, esses que são os mais de 200 milhões de contribuintes, os verdadeiros acionistas dessa companhia.

Um novo Serpro. Um novo Brasil.

2. Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2021 refletiu a capacidade do Serpro de prosseguir avançando. Apesar do cenário ainda desafiador da pandemia, os resultados positivos mostram que a estratégia da empresa é viável.

O Serpro ampliou o seu portfólio de negócios com inovações que impulsionam a transformação digital do Estado e avançamos o país porque trazem melhorias no atendimento do cidadão nos serviços digitais públicos e privados. E assim, segue cumprindo sua missão de "conectar governo e sociedade com soluções digitais inovadoras".

A empresa apostou em novas parcerias, na subcontratação de serviços para acelerar entregas, investiu em novos setores de atendimento públicos e privados, além de investir ainda mais em tecnologia e em pessoas com a realização do concurso público e do trabalho remoto para as áreas finalísticas.

O compromisso do Serpro com os pilares de uma governança efetiva segue com balanço positivo. Mais uma vez, a Empresa foi reconhecida como uma das estatais federais mais transparentes do país na avaliação do Tribunal de Contas da União – TCU. Pela 4ª vez consecutiva, o Serpro obteve o certificado Nível 1 do IC-Sest. Entre outras provas que a gestão está alinhada às expectativas do Conselho de Administração – CPA.

A segurança da informação não seu DNA. A empresa ampliou ainda mais seus investimentos, e por isso, a expertise do Serpro foi novamente reconhecida pelos seus clientes por meio do apoio constante e no sucesso das operações cotidianas e extraordinárias quando da prestação dos serviços. Para além disso, novos serviços da empresa nessa área de atuação reforçam essa posição de destaque na segurança da informação.

Incluído no Programa Nacional de Desestatização – PND desde 2020, o Serpro segue realizando sua finalidade, garantindo a disponibilidade e segurança de todos os seus serviços, alcançando resultados positivos para suas partes interessadas.

Acreditamos que em 2022 o Serpro seguirá o caminho traçado nos últimos três anos, o caminho da transformação digital, da segurança e da inovação.

Para saber mais sobre os administradores do Serpro e seus currículos basta acessar:

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/informacao-quem-e-quem>

O rd de responsáveis encontra-se em <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/informacao-quem-e-quem>

3. Visão geral organizacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, empresa de tecnologia da informação do Governo Federal, completou 57 anos de existência. Ao longo de todos esses anos, a Empresa demonstrou sua capacidade de criar tecnologias inovadoras para a transformação digital do Estado brasileiro.

O Serpro é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia – ME, criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, e regido pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo seu Estatuto Social e pelas demais normas legais que lhe forem aplicáveis.

No contexto da estrutura societária, o Serpro realizou desde 2020 as adequações para atendimento do Decreto nº 10.206, de 22 de junho de 2020, que incluiu a Empresa no Programa Nacional de Desestatização – PND no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI.

A Missão da Empresa é conectar Estado e sociedade com soluções digitais inovadoras, e tem ultrapasado estas fronteiras, oferecendo também ao mercado soluções de inteligência capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país.

A Visão do Serpro é ser reconhecida como a empresa que viabiliza o governo digital.

Como um dos protagonistas da transformação digital no Brasil, busca continuamente firmar este seu propósito para inspirar e direcionar a mudança pretendida, visando o uso de uma empresa de processamento de dados para uma empresa de inteligência aplicada em plataformas e soluções digitais. Isso se confirma pela manutenção da estreita relação com a Estratégia de Governo Digital estabelecida para o período de 2020 a 2022, que norteia a transformação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais e visa oferecer políticas públicas e serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis a qualquer hora e lugar e a um custo menor para o cidadão.

Os Valores definidos para consolidar a visão e missão a que a Empresa se propõe são:

- Segurança com soluções íntegras e confiáveis
- Excelência em soluções digitais
- Responsividade nas entregas com agilidade
- Proatividade na proposição de soluções
- Responsabilidade, ética e integridade com os dados da sociedade
- Orgulho de viabilizar uma sociedade digital

Esta atuação reforça o papel do Serpro de impulsionar políticas públicas, para fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. Nos seus quase 60 anos, a Empresa apresenta uma longa tradição em segurança e inteligência, e está pronta para enfrentar novas eras, com novos desafios. É uma Empresa que se renova para melhor servir a um novo Brasil, mais eficiente, mais digital, mais voltado ao cidadão.

Conheça mais em <https://www.serpro.gov.br/informacao-quem-somos> e acesse a versão completa do Relatório Integrado Anual – Exercício 2021 no Portal da Transparência e Governança do Serpro: <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/contas-anuais>

4. O Serpro em números

O Serpro está presente em todos os estados do Brasil. Os números que envolvem a Empresa impressionam, como o volume de transações, infraestrutura tecnológica, sistemas criados e soluções desenvolvidas para os seus clientes. É a maior empresa de tecnologia do Estado brasileiro, líder de mercado no segmento.

- 7.822 empregados
- 32 instalações prediais (sede, regionais e nós de rede) distribuídos em 27 municípios
- Mais de 14 mil clientes no Brasil
- 48 contratos com 21 diferentes clientes em 12 países

- 2 Centros de dados com mais de 3 mil metros quadrados de área útil para instalação de equipamentos de TI
- Mais de 220 bilhões de transações processadas anualmente
- Aproximadamente 800 soluções disponibilizadas
- Maior provedor Gov.br do país
- 10 parcerias voltadas ao setor público (Plataforma Multirremuneração e solução de Robotic Process Automation)

5. Prêmios e conquistas

O ano de 2021 foi marcado por muitas premiações e reconhecimentos, dentro e fora do país.

Reconhecimento Internacional:

- Ranking anual da Organização das Nações Unidas – ONU. A atuação do Serpro contribuiu para que o Brasil seja o 1º país da América do Sul, o 2º das Américas e esteja entre os 20 países que oferecem os melhores serviços públicos online do mundo, um grupo liderado por referências na transformação digital, como Coreia do Sul, Estônia e Dinamarca.
- Banco Mundial. A contribuição da Empresa possibilitou que o Brasil fosse eleito o 7º país do mundo com a maior maturidade em governo digital.
- São Public Sector Partner, da Amazon Web Services – AWS. Reconhecimento pela expertise na atuação no setor público, expressivas parcerias e grandes fornecedores. A AWS siniciza aos seus clientes e parceiros, a maturidade e experiência do Serpro em nuvem para governo.

Reconhecimento Nacional:

- Prêmio Inovação, da Escola Nacional de Administração Pública – Enap. O Conecta Gov.br conquistou o 2º lugar na 2ª edição da premiação, na categoria “2: Inovação em Serviços ou Políticas Públicas no Poder Executivo Federal”.
- IBest. Serpro foi bicampeão como melhor empresa de serviços de Governo, pelo júri popular.
- Anuário Informática Hoje. Pelo segundo ano consecutivo, o Serpro recebeu o prêmio de melhor empresa de serviços de Governo no segmento grande porte.
- Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública do TCU – IGO-TCU. Nos três últimos ciclos de avaliação, o Serpro se manteve na categoria máxima, no patamar de “nível aprimorado”. Em 2021, a Empresa evoluiu na nota da avaliação, passando de 79 para 81,5.

Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação das Empresas Estatais Federais – IC-Sest. Pela quarta vez consecutiva, o Serpro recebeu a nota máxima em conquista o certificado Nível 1 do IC-Sest, sendo a única empresa da área de TI a receber a certificação. A avaliação é realizada com o auxílio de uma comissão independente e, no total, foram 63 empresas avaliadas, sendo que apenas 16 receberam a classificação nível 1, outras 15, nível 2, e mais da metade não foram contempladas.

Para saber mais acesse: <https://www.serpro.gov.br/informacao-quem-somos/certificacoes-reconhecimento>

6. Destaques das principais soluções:

A Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022 norteou a transformação do governo por meio de tecnologias digitais e a execução das políticas públicas e ofereceu serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis a qualquer hora e lugar e a um custo menor para o cidadão e empresas.

O Serpro continua a responder aos desafios da execução da Estratégia de Governo Digital e, em 2021, entregou soluções que beneficiaram diretamente a sociedade.

Gov.br

A Plataforma Gov.br centraliza a experiência do cidadão brasileiro no acesso aos serviços públicos e na obtenção de informações institucionais e notícias sobre a atuação do Governo Federal. Por meio de um login único é possível acessar todos os demais portais e plataformas de serviços da administração pública.

Lançado em 2019, o Portal Gov.br, que inicialmente contava com informações institucionais do Portal do Plano, Portal de Serviços e Portal Brasil, hoje como plataforma já possui mais de 120 milhões de brasileiros cadastrados e oferece mais de 4,9 mil serviços digitais de mais de 200 órgãos públicos ao cidadão. Além disso, foram migrados 148 portais para o portal do Gov.br, que integra a plataforma. São realizadas cerca de 114 milhões de demandas digitais por ano, que geram uma economia anual de mais de R\$ 4,5 bilhões para o país. Ademais, a plataforma conta com o aplicativo Gov.br, responsável por viabilizar a prova de vida de aposentados e pensionistas do INSS e armazenar os principais documentos digitais do cidadão.

As principais entregas de valor em 2021 por meio da plataforma foram:

- a) Design System para o Governo – Conjunto de padrões e práticas compartilhadas organizadas de forma coerente que auxiliam no design de produtos digitais e no desenvolvimento de produtos, como aplicativos ou sites que resultam na padronização e uma melhor experiência de usuário.
- b) Qualificação das contas dos cidadãos por meio de integrações com bancos conveniados, login com QR Code e qualificação de contas em bases governamentais (TSE e Senaiar).
- c) O Conectado@ evoluiu com mais 23 novos APs e de diferentes órgãos.
- d) Utilização de inteligência de dados e correlacionando as informações presentes nas bases de governo para recomendação de serviços digitais de forma preditiva e personalizada para cada cidadão.
- e) Inclusão, no aplicativo, do documento Certificado de Habilitação Técnica – CHT (usado por profissionais da área de aviação) e documentos emitidos pelo Exército, como o Certificado de Dispensa de Incorporação e o Certificado de Reservista – CDI.

Embarque + Seguro

O projeto Embarque + Seguro resultará em mais segurança e eficiência nos aeroportos brasileiros viabilizando o embarque diretamente nas aeronaves, por meio da validação biométrica e biográfica dos passageiros e tripulantes junto às bases governamentais. A solução valida a identidade do viajante por meio de captura de imagens realizadas por equipamentos de coleta que, posteriormente, são comparadas aos bancos de imagem providos pela Senaiar e do Baramento SGO (TSE). A solução também a necessidade de qualquer documentação física (documento pessoal e cartão de embarque), sendo necessária apenas a biometria facial do viajante para acesso a áreas restritas dos aeroportos e embarque na aeronave. O Embarque + Seguro será implementado nos aeroportos de Congonhas e Santos Dumont ainda no primeiro semestre de 2022.

Para mais detalhes sobre o programa Embarque + Seguro, acesse <https://www.transparencia.serpro.gov.br/embarque-mais-seguro/>

Para saber mais detalhes sobre os principais clientes do Serpro e Soluções acesse <https://www.serpro.gov.br/informacao-quem-somos>

Acesse a versão completa do Relatório Integrado Anual – Exercício 2021 no Portal da Transparência e Governança do Serpro e confira os resultados estratégicos e das principais áreas de gestão alcançados em 2021: <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/contas-anuais>

7. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

A Superintendência de Controladoria do Serpro – SUICOP, órgão ligado diretamente à Diretoria de Administração – DRAD, é responsável pela geração e análise do desempenho econômico, financeiro, tributário, orçamentário e de custos.

A SUICOP atua na gestão dos riscos de seus processos e se empenha na adoção de mecanismos de controle que proporcionem confiabilidade ao processo de coleta, mensuração, classificação, registro e divulgação de eventos e transações. As demonstrações financeiras são elaboradas pela Diretoria Executiva, apoiada pelas áreas de Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria Interna, e são avaliadas periodicamente pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Independente, que exerce papel fundamental para assegurar credibilidade, transparência e confiabilidade às informações financeiras da empresa.

Em relação aos controles internos, o Serpro adota a segregação de funções, a conciliação das contas e a dupla conferência das atividades executadas. Assim, o grau de controle é satisfatório e as divergências são tratadas tempestivamente, sendo a eficiência dos controles internos em uso no processo de contas avaliado pela Auditoria Interna.

Cabe informar que foi emitida opinião sem ressalva pela Auditoria Independente em relação às demonstrações contábeis do Serpro, compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

De acordo com o Relatório dos Auditores Independentes – RAI, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conformidade Legal

A gestão econômico-financeira adotada pelo Serpro está em total conformidade com as normas legais aplicáveis. As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que são representadas por um grupo de regras, leis e normas que regulam a Contabilidade no país, tais como: a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações; a Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016; as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCI; o Estatuto Social vigente e outras normas legais que lhe forem aplicáveis.

As informações apresentadas a seguir são das Demonstrações Financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das Demonstrações Financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável, que podem ser encontradas na íntegra junto com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes nos endereços:

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/contas-anuais>
<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/demonstracoes-financeiras>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial

		Em milhares de R\$			
Ativo	NE	31/12/21	31/12/20	31/12/19	31/12/18
		(Reapresentado) (Reapresentado) (Reapresentado) (Reapresentado)			
Circulante		2.624.004	2.408.889	1.851.000	1.233.927
• Caixa e equivalentes de caixa	5	1.665.748	1.694.495	1.007.510	487.381
• Ativos financeiros	6	710	587	458	462
• Créditos a receber	6	750.727	710.818	830.989	741.385
• Clientes	6,1	530.366	460.413	509.715	572.113
• Reservas de pessoal	6,2	85.134	96.145	81.145	88.349
• Créditos diversos a receber	6,3	20.417	41.165	23.476	7.382
• Créditos tributários	6,4	114.810	110.096	145.654	23.140
• Bens, Valores e Demais Curto Prazo	6,5	357	280	355	891
• Ativos mantidos para venda	7	2.463	2.708	2.708	2.708
Não Circulante		1.774.896	1.811.233	1.864.483	1.741.591
• Realizável a longo prazo	8	1.076.650	1.198.794	1.323.766	1.187.453
• Depósitos judiciais e recursos	8,1	411.825	275.743	230.544	289.827
• Ressarcimento de pessoal	8,2	301.553	314.322	351.731	406.413
• Créditos tributários diferidos	8,3	267.389	500.115	640.038	426.855
• Créditos realizáveis a longo prazo	8,4	95.561	108.292	101.389	60.287
• Outros ativos	8,5	322	66	66	72
• Imobilizado	9	607.182	548.144	476.669	475.360
• Intangível	10	91.263	64.295	64.048	76.778
Total do Ativo		4.398.899	4.220.122	3.715.483	2.975.519



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Demonstração do Resultado do Exercício

		Em milhares de R\$	
		31/12/21	31/12/20
DRE	NE	(Representado)	
Receita operacional líquida	18,1	2.788,237	2.736,617
Custo dos serviços prestados	19	(1.467,949)	(1.474,826)
Lucro bruto		1.320,288	1.261,691
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	19,1	(773,390)	(873,718)
Despesas com pessoal e benefícios		(497,865)	(628,595)
Depreciação e amortização		(33,621)	(12,218)
Locação		(22,667)	(11,142)
Manutenção		(24,717)	(42,320)
Serviços de comunicação		(7,483)	(7,920)
Serviços profissionais e contratados		(39,884)	(35,304)
Serviços públicos		(8,043)	(9,676)
Resultado com créditos a receber		(26,257)	(61,999)
Despesas tributárias diversas		(4,370)	(3,163)
Materiais		(4,784)	(4,673)
Outras despesas/receitas		(50,467)	(11,368)
Resultado com ações judiciais		(53,331)	(45,043)
Resultado financeiro	20	73,124	63,730
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		620,622	451,702
Tributos sobre o lucro	21	(229,038)	(19,259)
Tributos correntes		(103,786)	(76,585)
Tributos diferidos		(125,252)	66,330
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		390,984	441,447

		Em milhares de R\$	
		4º Trimestre 2021	4º Trimestre 2020
		(Representado)	
Receita operacional líquida		745,956	728,266
Custo dos serviços prestados		(427,437)	(371,595)
Lucro bruto		318,528	356,673
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)		(211,308)	(307,756)
Despesas com pessoal e benefícios		(178,136)	(264,054)
Depreciação e amortização		(12,609)	5,001
Locação		(5,308)	(3,304)
Manutenção		(6,602)	(12,732)
Serviços de comunicação		(897)	(4,049)
Serviços profissionais e contratados		(23,997)	(9,428)
Serviços públicos		(2,675)	(2,352)
Resultado com créditos a receber		(57,36)	(15,108)
Despesas tributárias diversas		(162)	(926)
Materiais		(2,368)	(2,605)
Outras despesas/receitas		(12,739)	2,288
Resultado com ações judiciais		39,921	(485)
Resultado financeiro		21,743	16,681
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		128,964	65,599
Tributos sobre o lucro		(203,324)	8,157
Tributos correntes		(19,599)	(25,046)
Tributos diferidos		(163,725)	34,202
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		174,360	74,756

Demonstração do Resultado Abrangente

		Em milhares de R\$	
		31/12/21	31/12/20
		(Representado)	
DRA			
Resultado líquido do período		390,984	441,447
(+/-) Outros resultados abrangentes		(37,259)	395,684
Ajustes de Instrumentos Financeiros		123	149
Ajustes de Passivos Abertais		62,043	605,356
Tributos diferidos sobre ajuste de passivo atuarial		(8,303)	(205,621)
Reversão de tributos diferidos		(81,551)	
Resultado abrangente no período		353,295	841,131

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

		Em milhares de R\$				
		Capital	Reservas	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção	Dividendos Adicionais	
Saldo 01 janeiro de 2020 (Publicado)		1.061.005	79.096	35.294	504.605	987.334
Lucros/Prejuízos Líquidos					462.103	462.103
Ajuste de Exercícios Anteriores					8.841	8.841
Constituição de Reservas			23.105	220.586	(243.691)	
Realização da reserva de reavaliação		(1.087)			1.087	
JCP e Dividendos				109.749	(218.499)	(109.750)
Outros Resultados Abrangentes						395.684
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Representado)		1.061.005	78.009	58.399	725.191	1.748.212
		Capital	Reservas	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção	Dividendos Adicionais	
Saldo 01 de janeiro de 2021 (Publicado)		1.061.005	78.009	58.399	725.191	1.748.212
Ajuste de Exercícios Anteriores					389	389
Saldo 01 janeiro de 2021 (Representado)		1.061.005	78.009	58.399	725.191	1.748.597
Lucros/Prejuízos Líquidos					390.984	390.984
Constituição de Reservas			19.549		(19.549)	
Realização da reserva de reavaliação		15.267		8.975		24.242
Outros Resultados Abrangentes						(37.689)
Dividendos propostos				175.746	(380.661)	(195.940)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.061.005	93.276	77.948	294.471	1.921.219

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Nota 1, Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é empresa pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com sede em Brasília-DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1976 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, conduzido pelo seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem aplicáveis.

Com sede em Brasília-DF, o SERPRO está presente em todo o país, seja com infraestruturas físicas em 11 capitais, seja com sua robusta infraestrutura tecnológica que interconecta todas as regiões do Brasil. A capacidade tecnológica e ampla experiência possibilita o desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal, oferecendo serviços de inteligência em Tecnologia da Informação – TI para os setores público e privado. O SERPRO como propulsor da transformação digital no país, está atento à exigência legal de desenvolver soluções tecnológicas que atendam ao relevante interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional. A Empresa busca ser reconhecida como vanguarda do governo digital e que tem compromisso com segurança e proteção de dados do cidadão contra uso indevido e não autorizado, tendo por premissa, ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Ao longo de seus 57 anos de existência, o SERPRO vem acumulando resultados positivos que confirmam o seu protagonismo na transformação digital do país. Em 2021, a empresa melhorou e ampliou a qualidade dos resultados por meio do aumento de receitas e otimização de gastos. O bom desempenho econômico-financeiro tem se tornado uma constante, gerando recursos próprios para investimentos em infraestrutura, de modo a evitar a obsolescência do parque tecnológico e fortalecer a capacidade operacional.

As soluções desenvolvidas pelo SERPRO de maior destaque no ano foram o gov.br, que já reúne mais de 117 milhões de pessoas cadastradas, e o “Embarque +Seguro”, que está levando a tecnologia de ponta de reconhecimento facial aos aeroportos brasileiros. Além disso, novas soluções apresentadas ao mercado, como o “Tudo Brasil” – solução que facilita a regularização fundiária de imóveis rurais em todo o país e a infraestrutura tecnológica para apoiar o “Floresta +”, programa que visa criar e consolidar o mercado de serviços ambientais. Essa evolução coloca a Empresa em uma linha de novos produtos e serviços, rompendo a barreira da inovação e firmando em empresa de excelência no setor público e privado.

Cabe destacar que, em 2021, o SERPRO foi desafiado a assumir novas parcerias e registrou um recorde no número de entregas. A plataforma Booster do SERPRO Ventures recebeu 160 startups, 165 análises foram com contratos temporariamente e a a-nuagem da Booster foi reforçada com a chegada da Oracle, que já reúne parcerias com AWS, Huawei e Microsoft.

Internamente, o SERPRO segue com ações de transformação digital e com a digitalização de mais de 100 milhões de documentos, o que agiliza as operações, facilita o rastreio, reduz os custos e garante o tratamento adequado das informações. Em 2022, 70% dos processos de documentação devem migrar para o digital, com meta de 100% prevista para o ano subsequente.

Para os desafios impostos pela pandemia, a Empresa atuou de forma desafiadora e garantiu bons resultados, suportando atendimento imediato causado pela Covid-19 e reforçando a estratégia empresarial com parcerias, inovação, subcontratação e lançamento de produtos.

Esse protagonismo contribuiu para o reconhecimento internacional do Brasil em tecnologia, conquistando o título de 7º país do mundo em maturidade digital, concedido pelo Banco Mundial, principalmente pelo gov.br, além de reconhecimentos importantes como a 2ª estatal federal mais transparente do país, concedida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, Nível I em índice de governança, concedida pelo Ministério da Economia e prêmios de destaque no mercado como o Melhor app de Governo, pelo gov.br concedida pelo Juri Popular do Brasil, top 3 pelo app concedida pelo Juri da Academia de Inovação, o melhor app de serviços de governo, concedida pelo Anuário Informático Hoje e prêmio de Melhores Práticas em Equilíbrio Trabalho-Família, concedido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMDFH.

Demonstração do Fluxo de Caixa

		Em milhares de R\$	
		31/12/21	31/12/20
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2.967.745	2.946.014
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores		226.174	321.467
Resarcimento de pessoal requisitado		329.800	306.609
Outros recebimentos		114.796	135.256
Tributos e encargos		(390.360)	(353.422)
Pessoal e encargos		(2.021.894)	(1.960.498)
Sentenças judiciais		(249.547)	(68.700)
Pagamentos a fornecedores		(404.380)	(384.865)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)		572.434	911.862
Atividades de Investimentos			
Pagamento Imobilizado Intangível		(175.836)	(107.265)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)		(175.836)	(107.265)
Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos		(221.344)	(117.613)
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento (c)		(221.344)	(117.613)
Movimentação líquida de caixa e equivalentes de caixa (a) + (b) + (c)		175.254	686.985
Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa		1.694.495	1.007.510
Saldo final – caixa e equivalentes de caixa		1.869.748	1.694.495

Demonstração do Valor Adicionado

		Em milhares de R\$	
		31/12/21	31/12/20
31/12/21	%	31/12/20	%
1. Recreios	117,3	3.209.788	113,2
2. Vendas de Serviços	121,6	3.278.314	115,7
3. Perdas Estimadas para créditos liquidados duvidosa	(0,9)	(61.998)	(2,2)
4. Descontos Concedidos	(3,9)	(24.367)	(0,9)
5. Vendas Canceladas	(4,6)	(12.745)	(13,1)
6. Outros valores adicionados	0,6	30.584	1,1
7. Insumos adquiridos de terceiros	(15,0)	(329.814)	(11,6)
8. 3 - Valor adicionado bruto (1-2)	102,3	2.878.873	101,6
9. 4 - Retenções	(5,5)	(142.420)	(5,0)
10. Depreciações e Amortizações	(3,6)	(97.377)	(3,4)
11. Resultados com Ações Judiciais	(58,7)	(45.043)	(46,4)
12. 5 - Valor adicionado líquido (3-4)	96,8	2.737.453	96,6
13. 6 - Recebido de terceiros	3,2	97.154	3,4
14. 7 - Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	100,0	2.834.607	100,0
15. 8. Distribuição do valor adicionado			
16. Empregados (Salários, Encargos, Benefícios),	55,5	1.736.167	61,2
17. Governo (Impostos e Contribuições)	28,0	584.502	20,6
18. Capitais de Terceiros	0,9	39.921	1,4
19. Acionistas (Dividendos juros e JCP)	3,5	111.735	3,9
20. Lucros Retidos	1,0	252.532	8,9
21. Dividendos Adicionais Propostos	10,2	109.749	10,9
22. Total	100	2.834.607	100

		Em milhares de R\$	
		4º Trimestre 2021	4º Trimestre 2020
		(Representado)	
DRA 4º Trimestre			
Resultado líquido do período		390,984	441,447
(+/-) Outros resultados abrangentes		(37,259)	395,684
Ajustes de Instrumentos Financeiros		123	149
Ajustes de Passivos Abertais		62,043	605,356
Tributos diferidos sobre ajuste atuarial		(8,303)	(205,621)
Reversão de tributos diferidos		(81,551)	
Resultado abrangente no período		353,295	841,131

1.1. Informações gerais do contexto econômico e considerações acerca da COVID-19

Em 2021, o Brasil sofreu com os impactos da chamada “segunda onda” do COVID-19 (coronavírus disease – 19 – doença causada pelo coronavírus – 19). Os reflexos afetaram diretamente a atividade econômica, que já apresentava alguma época sinais de recuperação. As medidas tempestivas de contenção adotadas pelo Governo Federal possibilitaram maior flexibilização das restrições sanitárias. Isso melhorou a atividade econômica.

Segundo o Ibope Focus, de 31/12/2021, a projeção do mercado é que o PIB nacional tenha uma recuperação em torno de 4,5%, quando comparado ao ano anterior, patamar ainda superior aos 3,5% projetados em janeiro de 2021.

Em meio a esse cenário, o SERPRO demonstrou resiliência, adaptabilidade às mudanças e agiu com tempestividade para responder às alterações de cenário no ambiente externo minimizando os efeitos da pandemia no desempenho empresarial. A continuidade de ações de gestão empresarial, implementadas durante o exercício de 2020, com foco em aumento de produtividade, adaptabilidade empresarial, conquista de novos clientes e otimização dos recursos, foram determinantes para o resultado alcançado no exercício 2021, quando apresentou lucro líquido de R\$ 391 milhões e EBITDA de R\$ 647,7 milhões, o que representa crescimento de 33,4% quando comparado ao exercício anterior, evidenciando melhora consistente no desempenho operacional da organização.

O cenário fiscal do país se mantém o mesmo, o SERPRO continua sendo impactado, uma vez que os principais clientes da Empresa são unidades do Governo dependentes de recursos do Orçamento Geral da União – OGU. Em contraponto às restrições dos clientes públicos, notase expressivo crescimento nas receitas provenientes de clientes privados. Ao final de 2021, observou-se crescimento de 22,97% quando comparado ao exercício 2020. Esse resultado demonstra o acerto da estratégia adotada de intensificar a diversificação da carteira de clientes e a geração de novos negócios, com o resultado expressivo da expansão das receitas no mercado privado, que representou 15,2% do total receita bruta operacional apurada em 2021.

A Empresa atuou de forma tempestiva e proativa ao apoiar o governo na retomada do crescimento econômico, minimizando os efeitos provocados pela pandemia, por meio da entrega de soluções digitais especialmente nas áreas de gestão pública, infraestrutura, saúde, ambiental e tributária.

A Administração segue observando atentamente o contexto atual da pandemia, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, e principalmente ações voltadas à preservação da saúde dos empregados. Cabe destacar que, até o momento, não houve ocorrências que requeressem registros com impactos negativos na situação patrimonial do SERPRO, haja vista a continuidade de prestação de serviços junto aos clientes, a consequente manutenção do valor de uso de seus ativos e o fortalecimento da posição da Empresa como responsável pelos sistemas estruturais do Governo Federal.

Nota 2, Preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi autorizada pela Administração da Empresa em reunião realizada em 26 de janeiro de 2022.

As demonstrações obtiveram manifestação favorável do Conselho de Administração, em reunião conjunta com o Conselho Fiscal, em 17 de março de 2022, e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária no dia 28 de abril de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, civis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5. Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros ocorre pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado, e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.6. Redefinições

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas a períodos anteriores podem ser reclassificadas. Tais reclassificações não atendem ao critério de materialidade e, portanto, não são objeto de reapresentação de balanço. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo de demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas, conforme demonstrado a seguir:

2.6.1. ISS a Compensar

Foi divulgado em 2020 como redutor de Tributos e Encargos Sociais, e reclassificado para Créditos Tributários (NE 6.4),

Descrição	Em milhares de R\$		
	Reclassificado	Reapresentado	Publicado
2020			
Ativo	4,220,122	4,219,375	4,210,534
Créditos Tributários – AC	110,096	109,349	109,349
Tributos e Encargos – DC	164,850	164,103	164,103

2.7. Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

A Empresa apresenta a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, conforme NBC TG 03 (R3), pelo método direto, com reconexão, em nota explicativa (NE 5.3), pelo método indireto.

2.8. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Empresa elabora DVA, conforme NBC TG 09, em que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 3. Mudanças de política contábil com efeito retroativo
Considerando a aplicabilidade do disposto na NBC TG 48 Instrumentos Financeiros o SERPRO identificou, no 1º trimestre do exercício de 2021, a necessidade de alteração de sua política contábil referente à apuração das Perdas Estimadas para Créditos em Liquidação Duvidosa – PECLD a qual nos termos da NBC TG 23 (item 29) Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Reificação de Erro requer a representação dos valores correspondentes aos exercícios afetados.

3.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa

O novo método para cálculo da PECLD redimensiona o risco de recebimento dos créditos com clientes, de acordo com cada segmento classificado pelo SERPRO. Isso permite melhor qualificação do risco de perda dos créditos e garantia da melhoria da qualidade da informação. A luz de NBC TG 48, considera-se a perspectiva das perdas esperadas. Dessa forma, não é necessário que a perda ocorra para se então reconhecer a redução do valor recuperável.

3.2. Montante dos ajustes

Considerando que a mudança de política contábil é retrospectiva, a representação dos valores aos exercícios anteriores afetados foi realizada e os cálculos afetam até os 3 (três) últimos exercícios, quais sejam 2018, 2019 e 2020, nos termos do que define a NBC TG 23 (item 18, b).

Exercício	Em milhares de R\$		
	2018	2019	2020
2018	4,531	24,966	
2019		24,966	20,655
2020			8,841
Total			8,841

3.3. Impacto no Ativo Fiscal Diferido

A reversão da provisão redutor de Ativo Fiscal Diferido – AFD, tendo em vista que a PECLD é base de cálculo para sua constituição à alíquota de 34%,

Exercício	Em milhares de R\$		
	PECLD	AFD	Líquidos
2018	6,865	(2,334)	4,531
2019	37,827	(12,861)	24,966
2020	(31,298)	10,541	(20,655)
Total	13,396	(4,555)	8,841

3.4. Impacto nas demonstrações financeiras

Com a adequação dos procedimentos contábeis a NBC TG 28 houve reversão dos valores provisionados nos exercícios supracitados, portanto, o impacto nas demonstrações financeiras foi de R\$ 8,8 milhões acumulados dos últimos 3 exercícios e registrados no Patrimônio Líquido (Ajustes de exercícios anteriores), em que R\$ 13,4 milhões foram reversão de PECLD e R\$ 4,6 milhões reversão de AFD, conforme demonstrado nos balanços reclassificados.

Exercício	Balanço Patrimonial				Em milhares de R\$	
	Ativo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado do Exercício	Publicado	Reapresentado
2018	2,070,088	2,075,519	978,452	982,383	454,702	464,233
2019	3,685,886	3,715,482	987,334	1,016,830	496,849	511,815
2020	4,210,534	4,220,122	1,739,37	1,748,212	462,103	441,447

O valor do ativo reapresentado de 2020 está acrescido de R\$ 8,8 milhões e da reclassificação, conforme demonstrado na nota 2.6.1.

Nota 4. Principais políticas contábeis

Considerando o que dispõe a norma contábil, as práticas mais significativas aplicadas pelo SERPRO no exercício de 2021 estão apresentadas a seguir:

4.1. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. Nos casos em que não for possível fazer uma estimativa confiável do prazo de vida de um ativo, utiliza-se o valor em uso.

4.2. Ativo Intangível

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, e estão diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

4.3. Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se o objetivo da administração for a sua destinação para venda.

4.4. Benefícios a empregados

Os benefícios aos empregados compreendem os benefícios de curto prazo, cuja liquidação é esperada que ocorra em até 12 meses. Fazem parte desse rol os benefícios pós-emprego, e os benefícios rescisórios, referentes ao Programa de Demissão Voluntária oferecido pelo SERPRO.

As obrigações de curto prazo desses benefícios são reconhecidas como despesas de pessoal, de acordo com a prestação do serviço correspondente. As obrigações com benefícios pós-emprego a empregados são constituídas de Planos de previdência complementar (Planos de benefício definido e Planos de contribuição variável) e Programa de Assistência à Saúde (PAS/SERPRO).

Em decorrência da realização do Programa de Demissão Voluntária (PDV), o SERPRO oferece a seus empregados após benefícios resultantes da decisão do empregado de aceitar uma oferta por parte da Empresa em troca da rescisão do contrato de trabalho.

4.5. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidação imediata, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

4.6. Gastos subsequentes

Incorporados somente nos casos em que os benefícios econômicos futuros sejam auferidos para a entidade.

4.7. Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, através da decisão da Ação Civil Originária – ACO 2.658, concedeu ao SERPRO imunidade tributária com base no artigo 150, inciso VI, alínea a, da Constituição Federal de 1988. Sua aplicabilidade está condicionada, exclusivamente, às situações em que a empresa prestar serviços a órgãos e entidades da administração pública. Nas situações em que a Empresa estiver prestando serviços a entidades de natureza jurídica de direito privado a tributação está mantida.

4.8. Instrumentos financeiros

Em relação à NBC TG 48 (rev. 14) e CPC 48 (rev. 14), estão incluídos, no SERPRO, os itens patrimoniais: fundo de aplicação extramercado; créditos a receber de clientes; investimentos em incentivos fiscais; e contas a pagar ou fornecedores.

4.8.1. Fundo de aplicação extramercado
São valores de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalentes de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa. Em todos os casos, a mensuração ocorre pelo valor justo com contrapartida em conta de resultado (VJR), uma vez que no caso de caixa e equivalente de caixa são considerados, nos termos da NBC TG 48, como mantidos para negociação.

4.8.2. Créditos a receber de clientes

Não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias, ou seja, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, portanto, reconhecidos pelo custo amortizado.

4.8.3. Contas a pagar ou fornecedores

Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. E reconhecido pelo custo amortizado, não se alterando a forma anterior de reconhecimento. Conforme acima, os grupos relevantes afetados pela NBC TG 48 não foram impactados no SERPRO. O quadro abaixo sintetiza as principais informações:

Grupo	Modelo de Negócio	Objetivo	Mensuração
1. Fundo de aplicação extramercado	Mantido para negociação e liquidação	Valorização do recurso e liquidez	Valor Justo em Resultado
2. Créditos a receber de clientes	Mantido para receber fluxos de caixa	Mantimento ativos para receber fluxos de caixa contratuais	Custo amortizado
2.1. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	Mantido para receber fluxos de caixa	Mantimento ativos para receber fluxos de caixa contratuais	Estimativa de perdas futuras em Resultado
3. Investimentos em incentivos fiscais	Mantido para venda do ativo (não mantido para negociação ou negociação futura)	Usufruir dos benefícios fiscais e vender o ativo	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
4. Contas a pagar e fornecedores	Mantido para manutenção das atividades operacionais	Financiar as atividades operacionais; manter até o vencimento.	Custo amortizado

4.9. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

A provisão do passivo trabalhista e civil é reconhecida considerando os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos. Os processos classificados como estratégicos são aqueles que possuem risco de desembolso acima de R\$1,2 milhão na data da provisão e, os processos classificados como não estratégicos são aqueles cujos valores de risco são inferiores a R\$1,2 milhão.

4.10. Provisões trabalhistas e civis

Os processos estratégicos provisionados são aqueles cujo risco de perda seja igual a certo ou provável, que possuem uma estimativa confiável de seu valor e com a previsão de desembolso no curto prazo, independentemente da fase processual. Os processos não estratégicos são provisionados, independentemente do risco e da fase processual, através da aplicação da metodologia da lixte média de pagamentos (por tipo de pedido principal) dos processos arquivados nos últimos 5 anos, multiplicado pela quantidade dos processos ativos no período em análise.

4.11. Provisões administrativas e tributárias

O SERPRO obteve imunidade tributária através da Ação Civil Originária – ACO 2.658, com base no artigo 150, inciso VI, alínea a, da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, os tributos de natureza indireta, incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da administração pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, estão registrados em Provisões Administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes, após decisão definitiva favorável pelo fisco. Nos casos em que a decisão judicial ou administrativa ainda está em fase preliminar, o registro dessas provisões ocorre no passivo não circulante em Obrigações Tributárias.

Quando o SERPRO toma conhecimento do benefício da imunidade tributária em determinado município, seja administrativo ou judicial, é feito um comunicado à gerência de contas a receber para que haja ação na emissão das notas fiscais que passem a considerar os efeitos desse benefício fiscal. Em 2021, se mantém os benefícios da imunidade tributária nas seguintes cidades: Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belfm, Fortaleza e Rio de Janeiro.

4.12. Receita operacional

Nos termos da NBC TG 47, o SERPRO adota critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. Dessa forma, são contabilizadas além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabilizações, mensalmente, a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

4.13. Redução ao valor recuperável (impairment)

O SERPRO avalia anualmente o valor dos seus ativos que geram resultado, por meio do fluxo de caixa projetado trazido a valor presente, revisado da vida útil dos equipamentos de hardware, os ativos classificados para fazer o teste de recuperabilidade (impairment), conforme a NBC TG 01 (R4) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, passam pela avaliação da Comissão de Avaliação de Ativos – CAAV, criada em Maio de 2021, com membros das Diretorias de Administração, Desenvolvimento e Operações, devidamente capacitados e orientados pela contabilidade.

O teste de recuperabilidade utilizou o produto hospedagem de aplicações como parâmetro para segregar os ativos e formar unidades geradoras de caixa independentes, mesmo que o serviço de segurança esteja interligado a ele. Essa abordagem foi feita para fins de comparabilidade, os valores a serem recuperados tanto de bens móveis caracterizados como hardware, quanto os intangíveis, referentes a softwares vinculados aos produtos de hospedagem, desenvolvimento, segurança, Emissão e Datavault. Levando-se em conta que, os ativos avaliados não tiveram indicação de desvalorização, concluiu-se que não houve a perda de valor dos ativos em relação ao mercado ou ao valor justo, não sendo justificada a necessidade de realizar o teste de recuperabilidade de ativos.

4.14. Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si, foram consideradas, para fins de apresentação, pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

Ativo

Ativo Circulante

Nota 5. Caixa e equivalente de caixa

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Caixa Bancos	478	159,430
Aplicação financeira	1,869,271	1,554,055
Caixa e equivalente de caixa	1,869,748	1,694,495

5.1. Bancos conta movimento

O valor de R\$ 478 mil são recursos financeiros disponíveis e depositados na conta limite de saque com vinculação de pagamento, sendo R\$ 194 mil em conta internacional, com dólar cotado a R\$ 5,8005, em 31/12/2021.

5.2. Aplicação financeira

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
BS Extramercado FAE Fundo Investimento Renda Fixa	0,8694	2,688
CAIXA FI Extramercado Comum RFM-1	0,8623	2,818
Total	1,699,271	1,554,055

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez. Nos termos estabelecidos na Resolução 3.284, de 15/05/2005, do Banco Central do Brasil, a CCA, a quem os R\$ 1.699,271 mil estão aplicados no mercado financeiro, contém os fundos de investimento listados em títulos públicos federais, cuja rentabilidade acompanha o comportamento da taxa básica de juros, SELIC. O Rendimento anual líquido sobre as aplicações financeiras em 2021 foi de R\$ 40,7 milhões (R\$ 38,8 milhões em 2020).

5.3. Reconhecimento do Fluxo de Caixa

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	390,984	441,447
Resultados que não afetaram o caixa		
Depreciação e amortização	100,820	97,377
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26,257	61,998
Provisão acordo coletivo de trabalho	(18,281)	19,281
Provisões Trabalhistas, Civis e Administrativas	(5,062)	36,379
Provisões do Plano de Previdência Complementar	37,869	
Créditos tributários diferidos	229,438	10,255
Receitas Financeiras	(9,613)	(20,309)
Softwares Desenvolvidos	(4,901)	
Baixa de Ativo Imobilizado	9,113	
Lucro ajustado	754,964	648,428
Movimentações Patrimoniais Ativas	(235,695)	13,700
Movimentações Patrimoniais Passivas	33,167	249,735
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (a)	572,434	911,862
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (b)	(175,838)	(107,268)
Imobilizado / Intangível	(175,838)	(107,268)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (c)	(221,344)	(117,813)
Dividendos pagos	(221,344)	(117,813)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no período (a) + (b) + (c)	175,252	686,585
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	1,694,495	1,007,510
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	1,869,748	1,694,495

Nota 6. Créditos a receber

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Clientes	530,366	460,413
Ressarcimento de pessoal	85,134	39,146
Créditos diversos a receber	20,417	41,165
Créditos tributários	114,810	110,096
Total	750,727	710,819

6.1. Clientes

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Créditos a receber a faturar	159,152	146,846
Créditos a receber de clientes a vencer	116,578	181,340
Vencidos até 30 dias	17,433	10,147
Vencidos de 31 a 60 dias	11,537	29,916
Vencidos de 61 a 90 dias	3,988	13,860
Vencidos de 91 a 180 dias	43,228	19,953
Vencidos de 181 a 365 dias	73,214	45,156
Vencidos acima de 365 dias	230,934	113,781
Créditos a receber	496,084	560,799
PECLD	(123,498)	(100,380)
Total	530,366	460,413

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo (R\$ 656,1 milhões), são apresentados no balanço, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) no valor de R\$63,3 milhões e de perdas incorridas no montante de R\$42,4 milhões.

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Faturas a Receber	261,105	258,374
PECLD	(261,169)	(258,374)

Os valores de créditos a receber de clientes, registrados no longo prazo (R\$ 261,5 milhões), referem-se a faturas de clientes em avaliação de direito, em sua maioria em processo de conciliação e estão contabilizados como perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

6.2. Ressarcimento de Pessoal devido a órgãos externos

Em dezembro de 2021, o SERPRO estava com 2,078 empregados cedidos aos órgãos do governo federal, do total de 7,832. Em dezembro de 2020, possuía 2,167 e 2,222, em 2019, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Economia, que é o responsável pelo processamento e pagamento da folha de salários desses empregados.

Destes colaboradores, a Empresa tem direito ao reembolso pelo cessantário, formalizado pela emissão de Notas de Ressarcimento. Estas são o reconhecimento desse direito referente à folha de salário e corretivas, ainda em processo de reembolso (créditos a receber – Fogap).

6.2.1. Valores a serem ressarcidos

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Créditos a receber – Fogap	35,336	35,457
Sentenças judiciais	49,828	54,400
Provisões ACT	6,233	6,233
Total	85,134	96,144

As sentenças judiciais referem-se a acordos trabalhistas cujas obrigações constam do passivo circulante, vencidas nos próximos dois meses.

6.3. Créditos diversos a receber

O saldo de R\$ 20,4 milhões representa créditos decorrentes de folha de pagamento.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



6.4. Créditos tributários

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Tributos Federais – IRPJ e CSLL	104,591	109,349
IRPJ a recuperar/compensar	201,873	177,252
IRRF a compensar	6,404	6,392
IRPJ a recolher	(40,869)	(38,090)
CSLL a recolher	(62,917)	(34,495)
Tributos Municipais		
ISS a compensar	10,219	747
Total	114,810	110,996

O **valor líquido do IRPJ e CSLL**, de R\$ 104,6 mil, representa a diferença entre as antecipações decorrentes de retenção na fonte, os pagamentos realizados por estimativas, e os valores desses tributos devidos no final do período. Em ISS a compensar constam as retenções efetuadas por clientes imunes do DF realizadas após a obtenção da imunidade tributária.

Nota 7. Ativo não circulante mantido para venda

Os imóveis não inseridos no contexto operacional da Empresa e com venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração estão classificados no Ativo circulante mantido para venda e estão em conformidade com a Resolução nº 100 de 14/07/2021 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos. O **valor total** de mercado dos imóveis mantidos para venda, de acordo com laudo de avaliação é de R\$ 35,9 milhões. Cumpre destacar que no quarto trimestre ocorreu a venda de um dos imóveis mantidos para venda, trata-se da realização da venda de casa localizada no município de Teresópolis, Pernambuco para venda os bens localizados no Distrito Federal e em São Paulo, cujo valor contábil é de R\$ 2,5 milhões.

Nota 8. Realizável a longo prazo

8.1. Depósitos judiciais e recursais

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Depósitos judiciais e recursais*	405,474	295,363
Ações fiscais	6,351	6,251
Total	411,825	275,744

8.1.1. Depósitos judiciais e recursais

Representa garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Conforme o artigo 899, parágrafo 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT Decreto-Lei nº 5.452/1943, todos os depósitos para recursos passaram a ser feitos em conta vinculada ao juízo, e corrigidos com os mesmos índices da poupança. Os depósitos judiciais e recursais se referem ao depósito administrativo de atuação fiscal, com a finalidade de afastar os encargos monetários da penalidade imposta, no caso de não acolhimento dos argumentos de defesa.

8.1.2. Ações fiscais

As ações fiscais se referem ao procedimento administrativo fiscal – PAF iniciado em 2010, pela Receita Federal do Brasil – RFB. À época, foi realizado um depósito no valor de R\$ 6,2 milhões, cuja finalidade foi a de afastar os encargos monetários da penalidade imposta.

O Recurso Voluntário interposto pelo SERPRO junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, apreciado em 02/09/2020, teve os argumentos da Empresa acolhidos de forma unânime, declarando-se a nulidade da autuação fiscal por erro de qualificação. Contrariamente, a Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial para a Câmara Superior de Recursos Fiscais – CSRF do CARF. Contudo, este não foi provido, e teve o trânsito em julgado administrativo favorável à Empresa. Com isso, foi requerida a devolução do depósito realizado em 2010. Dessa forma, o SERPRO aguarda as providências por parte da RFB, no sentido de disponibilizar os valores para levantamento ou compensação.

8.2. Ressarcimento de pessoal

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Despesas judiciais	155,642	200,871
Provisões trabalhistas	145,011	113,451
Total	301,553	314,322

As despesas judiciais, ainda a serem quitadas, se referem às notas de ressarcimento (reembolso) dos acordos e processos trabalhistas dos empregados cedidos a outros órgãos, em sua maioria da Receita Federal do Brasil. Quanto às provisões trabalhistas, estas são os demais processos trabalhistas de pessoal do quadro externo, conforme controle do departamento jurídico.

8.3. Créditos tributários diferidos

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Ativo fiscal diferido	313,487	615,687
Passivo fiscal diferido	(46,028)	(115,372)
Total	267,389	500,115

O **saldo** representa a diferença entre o Ativo Fiscal Diferido e o Passivo Fiscal Diferido constituído sobre as adições e exclusões temporárias na apuração do IRPJ e CSLL e o crédito tributário sobre base negativa da contribuição social.

8.4. Créditos realizáveis a longo prazo

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Créditos a Receber de Fundos de Pensão		
Superávit SERPROS		24,174
Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina	95,554	84,056
Demais Créditos Realizáveis Longo Prazo	7	22
Total	95,561	108,252

Os **créditos realizáveis a longo prazo** são compostos, principalmente, pelos créditos a receber de Fundos de Pensão, provenientes dos direitos relacionados às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC).

8.4.1. Superávit SERPROS

Em 2021, foram recebidas oito parcelas sob a forma de abatimento das contribuições do patrocinador, totalizando R\$ 15,8 milhões e reconhecido o montante de R\$ 2,9 milhões de rentabilidade.

Em virtude do previsto na Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2016, que dentre outras questões, dispõe sobre os procedimentos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e EFPC em relação à destinação e utilização de superávit foi interrompida em setembro/21 a distribuição ao patrocinador das parcelas pendentes. A interrupção se justifica pelo previsto no artigo 23 da lei citada anteriormente, abaixo transcrito, e está embasado em parecer técnico emitido pelo SERPROS: Art. 23 A utilização da reserva especial será interrompida e os fundos previdenciários de que trata o art. 22 serão revertidos total ou parcialmente para recompor a reserva de contingência ao patamar estabelecido no art. 15, quando for inferior ao montante apurado a título de reserva de contingência.

Por fim, para o encerramento do exercício social, após manifestação da EFPC sobre os índices de que o plano não conseguia elevar o nível de superávit a ponto de suprir o valor necessário a constituição da reserva de contingência de forma a permitir a retomada da distribuição do superávit até dezembro de 2021, a empresa optou por proceder a baixa dos valores ora registrados nos créditos realizáveis a longo prazo, R\$ 31,3 milhões.

8.4.2. Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina

Na condição de patrocinador do Fundo de Previdência Complementar, SERPROS, e tendo em vista contrato de migração do plano de aposentadoria denominado PS I para o plano PS II, ocorrido em setembro/2013, registrou-se o direito a receber o montante de 60,2 milhões.

O Fundo efetuará o pagamento através de precatório referente a valor ajuizado contra o Estado de Santa Catarina. O direito do patrocinador corresponde a 42,7% do total desse precatório, após desconto de honorários de 3%, com base em dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina o total ajuizado do precatório em 31/12/2021 em R\$ 230,6 milhões resultando em um direito atualizado de 95,6 milhões.

Nota 9. Imobilizado

Em milhares de R\$				
Descrição	Saldo Dez/2021	Depreciação/ Amortização (45,400)	Valor líquido Dez/2021	Dez/2020
Edifícios	145,174	(9,774)	101,548	
Terranos	56,491		56,491	65,504
Estudos e projetos				
Obras em andamento	14,754		14,754	10,722
Instalações	141,452	(112,971)	28,481	42,363
Benefitórias propr. terceiros	1,817	(1,720)	97	222
IPC90	18,210	(2,531)	16,679	16,679
Bens móveis	1,124,645	(733,739)	390,906	311,027
Total	1,503,543	(696,361)	607,182	545,144

9.1. Adições e Exclusões

Em milhares de R\$				
Descrição	Saldo Dez/2020	Adições	Alienacões/ Baixas Dez/2021	Saldo Dez/2021
Edifícios	145,174		(9,113)	145,174
Terranos	65,604			56,491
Obras em andamento	10,722	4,032		14,754
Instalações	141,455	17		141,452
Benefitórias propr. terceiros	1,817			1817
IPC90	18,210			18,210
Bens móveis	1,029,038	95,607		1,124,645
Total	1,412,999	99,656	(9,113)	1,503,543

9.2. Movimentação da depreciação e amortização

Em milhares de R\$			
Descrição	Dez/2020	Depreciação/ Amortização (1,774)	Dez/2021
Edifícios	(43,626)		(45,400)
Terranos			
Instalações	(99,072)	(13,899)	(112,971)
Benefitórias propr. terceiros	(1,595)	(125)	(1,720)
IPC90	(2,531)		(2,531)
Bens móveis	(716,031)	(15,708)	(733,739)
Total	(864,855)	(31,506)	(896,361)

9.3. Revisão de vida útil

Em 2021, as vidas úteis dos equipamentos foram revistas por meio de estudos realizados por especialistas da Empresa, cujo objetivo foi adotar o tempo de obsolescência à necessidade de renovação do parque tecnológico.

A partir da reclassificação, os equipamentos de tecnologia da informação e comunicação passaram a ter vida útil de 84 meses, compatível com o período em que a Empresa espera utilizá-los, antes de se tornarem obsoletos. Os bens tiveram suas cotas de depreciação recalculadas a partir do valor contábil em janeiro de 2020 e as vidas remanescentes. Seus ajustes foram registrados no mês de dezembro de 2020.

Dessa forma, ao longo de 2021, houve a continuidade dessa sistemática. Conforme alinhamento da Empresa, os bens totalmente depreciados, ainda que pelo novo período estabelecido pela área técnica, foram encaminhados para descarte e substituição, devido à obsolescência.

Nota 10. Intangível

Em milhares de R\$				
Descrição	Dez/20	Adições	Exclusões	Dez/21
Software	643,301	52,061		695,362
Amortização acumulada	(579,009)	(23,145)	(2,147)	(604,298)
Total	64,292	28,916	(2,147)	91,064

O **saldo líquido** correspondente a licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços de TI permanece em processo de amortização.

10.1. Reconhecimento de softwares internos

Com o intuito de manter a correta classificação dos ativos intangíveis gerados internamente, e assim, se adequar aos normativos vigentes, foi realizada no ano corrente de 2021, a primeira mensuração de gastos na construção de soluções de TI. Para tanto, utilizou-se ferramentas corporativas, e os custos incorridos foram reconhecidos de modo a evidenciar adequadamente todos os ativos intangíveis gerados internamente. O arquivo gerado pelo sistema de custos da Empresa já vem destacando quais são os códigos de serviços internos ativos, evidenciando em que fase os gastos estão associados às soluções de TI e quais são os valores gastos mensalmente para a construção/manutenção evolutiva.

Para o exercício de 2021, após esta etapa, associou-se cada gasto aos grupos das contas de resultado correspondentes, inclusive, criação de contas de receitas específicas, com redução de custos. Ao final desta sistematização, chegou-se ao total de R\$ 4,2 milhões nos nove primeiros meses de 2021, cujo montante foi contabilizado em novembro. Por esse motivo, houve redução nas despesas dos respectivos meses. Diante do exposto, o encerramento do exercício de 2021 fechou com o montante de R\$ 5 milhões de softwares desenvolvidos internamente. A amortização destes softwares utiliza como critério a idade do SERPRO no ano correspondente, sendo que, a vida útil é revista anualmente, no mês de dezembro.

Passivo

Passivo Circulante

Nota 11. Consignações

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Providência social	14,359	14,210
Pensão alimentícia	70	36
IRRF	33,591	49,883
Tributos Federais Retidos na Fonte	2,582	16,487
ISS	753	427
Plano de Previdência e Assistência Médica	27,617	9,960
Entidades Rep. Clássicas	157	154
Emprestimos, Retenções e Consignações	4,174	3,573
Total	83,303	95,430

Tratam-se de retenções na folha de pagamento de empregados e também de tributos retidos de fornecedores.

Nota 12. Tributos e encargos sociais

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Passivo fiscal diferido (NE 12.1)	42,184	72,393
PASEP / COFINS a recolher	74,593	62,009
CPRB a recolher	14,725	16,904
FCTIS	6,079	4,003
ISS a recolher	12,723	8,471
Outros tributos	1,062	571
Total	151,724	164,650

12.1. Passivo fiscal diferido

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
IRPJ/CSLL e/ Crédito Superávit		
Tributos a/ Crédito de Clientes a Faturar	42,184	64,859
IRPJ/CSLL	17,004	42,133
Demais Tributos s/ Receita Bruta	24,380	22,726
Total	42,184	72,393

O IRPJ e CSLL diferidos sobre crédito de superávit foi revertido em virtude da suspensão do pagamento de superávit. Os tributos incidentes sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar (R\$ 42 mil) decorrem do reconhecimento da receita em conformidade com a NBC TG 47. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPBR, PASEP, COFINS e ISS.

Nota 13. Obrigações a pagar

13.1. Fornecedores

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
A vencer	218,781	163,754

O aumento do saldo da conta de obrigações a pagar junto a fornecedores, em 34,2%, quando comparado ao ano anterior, se deve, principalmente, ao aumento do nível de execução de gastos com custos, notadamente novas contratações de subscrição de softwares e novas contratações de consultorias técnicas em softwares. Houve ainda um aumento do nível de execução de gastos com investimentos no exercício, cujo reflexo pode ser observado nas movimentações do imobilizado.

13.2. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Férias	193,365	183,762
Licença prêmio	132,378	124,400
Pessoal a Pagar	4,735	4,660
Total	330,478	308,822

13.3. Ações do Programa de Demissão Voluntária - PDV

Em outubro de 2021 foi lançado o edital do Programa de Demissão Voluntária – PDV, edição 2021. O principal objetivo do programa foi normalizar a saída de empregados, para redimensionamento do quadro de pessoal e readequação da estrutura funcional da empresa.

O programa ocorreu em duas etapas abrangendo primeiramente os empregados lotados em escritórios e aqueles do cargo de auxiliar, e em uma segunda etapa os cargos de técnicos e analistas. O PDV 2021 foi aberto apenas para os empregados que tenham as condições necessárias em 2020/21, sendo elas: ter 55 anos ou mais de idade; ter 10 anos ou mais de trabalho no SERPRO; não estar em período de experiência ou vinculado a contrato por prazo determinado. O referido programa contou com a adesão de 136 empregados que tiveram o contrato de trabalho encerrado em novembro/dezembro de 2021. O valor do incentivo representou o montante de R\$ 21,3 milhões reconhecidos integralmente a título de incentivo e verbas indenizatórias no resultado do exercício corrente.

13.4. Processo trabalhista a pagar

Neste grupo, são registrados os valores a pagar decorrentes de acordos judiciais, R\$ 56,0 milhões em 2021 (R\$ 54, 4 milhões, em 2020) em ações trabalhistas movidas por empregados do quadro externo, cedidos à Receita Federal do Brasil e do quadro interno. Com relação aos valores decorrentes de acordo em ação movida por empregados do quadro externo, os pagamentos das parcelas mensais são ressarçados pelo União.

13.5. Plano de previdência complementar

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Encargos Monetários	13,344	28,909
Contribuições paritárias	1,448	7,032
Total	13,794	35,941

O saldo de R\$ 13,8 milhões corresponde, em sua maioria, R\$ 13,3 milhões, ao reconhecimento a título do não pagamento de encargos monetários junto à EFPC de ação de cobrança de parte relacionada; seguida de R\$ 0,4 milhão, referentes a contribuições normais paritárias a pagar na data do encerramento.

13.6. Participação nos lucros ou resultados

O saldo de R\$ 24,9 milhões, sendo R\$ 23,8 milhões, a ser distribuído, da participação de empregados e R\$ 1,03 milhão de administradores, segue os critérios definidos nos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados – PLR 2021 e Resgate/Reserva de Administradores – RVA 2021. A participação dos administradores foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto 8.945/2016.

13.7. Dividendos e juros sobre capital próprio

O **saldo** foi registrado como remuneração mínima obrigatória ao acionista, sendo que deste montante, R\$ 93,8 milhões corresponde ao cálculo de JSCP apurado ao longo do exercício com base no percentual fixado na TJLP 2021. No que se refere à complementação de dividendos, corresponde a diferença entre os 25% do Lucro Líquido ajustado e o Juro sobre Capital Próprio, perfazendo o total de R\$ 95,2 milhões. Adicionalmente foi proposto o pagamento do Lucro remanescente, com remuneração complementar ao mínimo obrigatório (NE 17.4.1), representado em Reserva de Dividendos Adicionais Propostos, no Patrimônio Líquido.

Passivo Não Circulante

Nota 14. Obrigações tributárias

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
PASEP/COFINS a recolher (NE 14.1)	245,511	116,576
ISS a recolher (NE 14.2)	144,818	84,589
ISS renegotiado (NE 14.3)	38,755	38,755
IRPJ a Recolher (NE 14.4)	3,211	
Total	433,295	241,920

Dessas obrigações vencidas após doze meses do encerramento do exercício social, destacam-se:

14.1. PASEP/COFINS a recolher

Representa: a) as contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante (R\$ 13,8 milhões); b) contribuições sobre serviços prestados a clientes públicos imunes, que sofrem alteração do regime não cumulativo para o regime cumulativo, por conta da aplicação da imunidade tributária, a partir de março de 2020. Esse procedimento resultou na transferência de R\$ 232,6 milhões do circulante para o não circulante.

14.2. ISS a recolher

Trata-se de obrigação provisionada no valor de R\$ 144,8 milhões, devido à aplicação da imunidade tributária nos municípios de Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Beldem, Fortaleza e Rio de Janeiro. Em Brasília não houve a necessidade de provisionamento, pois a imunidade tributária na localidade foi reconhecida definitivamente pelo Governo do Distrito Federal através da publicação do ATO DECLARATÓRIO Nº 622 – NUBREGES/PCOTRS/UREC/ SEF/ SEEC, em 04 de outubro de 2019.

14.3. ISS renegotiado

Refere-se ao parcelamento de débito que está com o pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária. Foi ajuizada em 18/10/2019 ação 5019527-84.2019.4.03.61.00 de repetição de indébito tributário com o objetivo de recuperar o ISS recolhido entre os anos de 2010 a 2019. Com o ajuizamento da ação, observou-se decisão liminar para suspensão dos pagamentos dos PATS. Os PATS oriundos de São Paulo – SP eram os únicos programas de parcelamento que o SERPRO possuía.

14.4. IPTU a recolher

Valores relativos ao imposto dos edifícios próprios localizados nos municípios onde a imunidade foi implementada não são recolhidos e seus valores são provisionados até que decisão formal em definitivo sobre a imunidade seja publicada, seja em esfera administrativa ou judicial. Após decisão definitiva favorável os valores poderão ser apropriados pelo SERPRO.

Nota 15. Provisões trabalhistas, civis e administrativas

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Provisões trabalhistas e cíveis (NE 15.1)	433.576	427.208
Provisões administrativas (NE 15.2)	56.996	17.296
Saldo	490.572	444.505



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



O risco dos processos é atribuído pelo advogado e o valor é apurado pelo perito assistente com base nas decisões proferidas no processo. A maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista, representando mais de 88% do passivo provisionado. A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e civis, R\$ 433,6 milhões, são suficientes para representar, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis.

15.1.1. Movimentação dos processos trabalhistas e civis

Descrição	Total
Saldo da provisão 31/12/2020	427.209
Processos que entram na provisão	42.511
Processos que saíram da provisão	(4.807)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	12.816
Redução nos processos anteriormente provisionados	(82.020)
Saldo da provisão 31/03/2021	395.708
Processos que entram na provisão	17.801
Processos que saíram da provisão	(4.300)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	11.243
Redução nos processos anteriormente provisionados	(52.130)
Saldo da provisão 30/06/2021	368.415
Processos que entram na provisão	95.058
Processos que saíram da provisão	(10.349)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	41.186
Redução nos processos anteriormente provisionados	(14.011)
Saldo da provisão 30/09/2021	486.259
Processos que entram na provisão	81.702
Processos que saíram da provisão	(149.814)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	28.585
Redução nos processos anteriormente provisionados	(7.195)
Saldo da provisão 31/12/2021	433.577

15.1.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsado. Desta forma, e segundo a NBC TG 25 (Item 53), é contabilizado um ativo das ações empregados cedidos, já que destes se espera a devolução dos valores desembolsados.

Como o fundamento do reembolso é legal e a administração pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração não acredita que seja praticamente certo. Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais.

Descrição	Em milhares de R\$
Tipos de ação	Dez/2021 Dez/2020
Sem expectativa de reembolso	221.655 313.758
Com expectativa de reembolso	145.911 113.451
Saldo da provisão 31/12/2020	433.577 427.209

15.1.3. Redução do passivo

Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis reduzem sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor, e o SERPRO continua empenhado em celebrar acordos benéficos para a Empresa.

15.1.4. Processos de riscos possíveis

Os processos classificados como riscos possíveis, são aqueles processos estratégicos, com valor de risco superior a R\$ 1,2 milhão, que não foram considerados como provisionáveis por não possuírem uma estimativa confiável do seu valor e/ou por não terem expectativa de desembolso no curto prazo. Do total de 55 processos classificados, 18 processos têm seu risco classificado como possível, o que monta um valor total de R\$ 210,9 milhões.

Risco Processual Possível	Quantidade	Em milhares de R\$
Processos Civis	2	44.347
Processos Trabalhistas	14	165.916
Total	16	210.263

15.1.5. Dedição da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre a norma contábil, o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

15.2. Provisões administrativas e tributárias

Descrição	Em milhares de R\$
Provisões administrativas e tributárias	56.256 17.296

Conforme mencionado no item 4.10, o SERPRO manteve o provisionamento de valores não recolhidos de imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN aos fisco municipais, devido à possibilidade de devolução aos clientes. Houve devoluções desse tributo de clientes Receita Federal do Brasil e Ministério da Justiça. Ressalta-se que, novos contratos e aditivos destinados a esses clientes, bem como ao Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal Superior Eleitoral já contemplam a desoneração no preço do serviço prestado.

Nota 16. Benefício pós-emprego

Grupo composto pelas provisões matemáticas decorrentes de avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego (Plano de Previdência Complementar – PSL e Programa de Assistência à Saúde – PAS/SERPRO), realizado pela Assistente Consultoria Atuarial, em atendimento à NBC TG 33(R2), o saldo de R\$ 551,3 milhões em 31/12/2021 em 31/12/2020 reflete a reversão de parte da obrigação reconhecida junto ao Plano de Previdência Complementar – PSL conforme parâmetro atuarial.

Nota 17. Patrimônio Líquido

Descrição	Em milhares de R\$
Patrimônio Líquido	Dez/2021 Dez/2020
Capital	1.561.219 1.748.212
Reservas	1.061.205 1.261.205
Reserva de Reavaliação	93.276 78.009
Reserva de Lucros	1.091.210 883.340
Reserva Legal	77.948 58.399
Reserva de Retenção de Lucros	725.191 725.191
Reserva de Dividendos Adicionais Propostos	129.471 129.471
Outros Resultados Abrangentes	(330.672) (292.983)
Ajuste de Exercício Anterior	0 8.641

17.1. Capital Social

O capital social do SERPRO está dividido em 1.061.004,629 (um bilhão, sessenta e um milhões, quatro mil, oitocentos e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme consta do art. 8º do Estatuto Social. As ações ordinárias nominativas foram depositadas no Fundo Nacional de Desestatização – FND, conforme dispõe o art. 10 da Lei nº 8.941, de 09/09/1997.

17.2. Reservas

17.2.1. Reserva de Reavaliação – Bens Imóveis

	Em milhares de R\$			
	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	67.452	52.390	(40.747)	79.096
Realização da reserva por depreciação	(1.648)		560	(1.087)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	65.805	52.390	(40.186)	78.009
Realização da reserva por depreciação	(1.608)		542	(1.066)
Realização de reserva por baixa de terreno		(9.113)	1.204	(7.909)
Reversão de tributos diferidos			24.242	24.242
Saldo em 31 de dezembro de 2021	64.197	43.278	(14.198)	93.276

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005. De acordo com o disposto no art. 8º da Lei nº 11.639/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização. Neste exercício foram baixados, líquidos dos tributos diferidos, R\$ 1,1 milhão de reserva com a depreciação dos bens imóveis e R\$ 7,9 milhões com a baixa do terreno da Rua Pacheco Leão no Horto, Rio de Janeiro, pelo término do contrato de concessão nº 215.012/1987 com o Jardim Botânico. Em sentido contrário, a reversão dos tributos fiscais diferidos devido à redução da base fiscal, reflexo da imunidade tributária do IRPJ, incrementou o saldo da reserva em R\$ 24,2 milhões.

17.2.2. Reserva de Lucros

O valor destinado para esta reserva legal no encerramento do exercício de 2021 foi de R\$ 19,5 milhões, correspondendo a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 77,9 milhões. É a aplicação obrigatória da Reserva Legal e dos Dividendos Mínimos Obrigatórios, fixa para Reserva de Dividendos o saldo de R\$ 294.471.500,19 (Duzentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e setenta mil, quinhentos reais e dezesseis centavos), como remuneração ao acionista, após aprovação pela AGO.

17.3. Destinação dos lucros acumulados

Descrição	Em milhares de R\$
Lucro Líquido do Exercício (LLE)	390.984
(a) Abatimento dos prejuízos (art.189)	
(c) Partilha estatutária (art.190)	
(d) LLE após Participações Estatutárias	390.984
(Base de cálculo da reserva legal) = (a)-(b) + (c) (art.191 e 193)	
(e) Reserva Legal = (d) x 5%	19.549
(f) Ajustes de Exercícios Anteriores (AEA)	9.226
(g) LLE após Reserva Legal e AEA	381.661
(Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios) = (d) - (e) + (f)	
(h) JCP Dividendos	95.165
(i) Realização da Reserva de Reavaliação	4.875
(j) Saldo Remanescente	294.471

17.3.1. Demonstração do cálculo de JCP/Dividendo

Descrição	Em milhares de R\$
Capital social	Dez/2021 Dez/2020
(a) Reservas de capital	1.061.205 1.061.205
(b) Reservas de lucros	893.340 538.899
(c) Prejuízos acumulados	
(d) Base de Cálculo do JCP = (a) + (b) + (c) + (e)	1.954.344 1.600.904
(e) LIMP *	4.872.929
(f) Juros sobre capital próprio (JSCP) = (d) x 5%	93.810 78.010
Limites (maior entre i e II)	
(i) 50% Lucro líquido antes do JSCP (após CSL)	215.927 231.951
(ii) 50% Lucros acumulados e reservas de lucros (inicial) = (c) x 0,5	446.670 269.949
(g) Dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro líquido)	95.165 108.749
(h) Dividendos complementares (c) - (f)	1.355 3.173

17.4. Outros Resultados Abrangentes

Na demonstração de Outros Resultados Abrangentes estão registrados os ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, a remuneração dos passivos atuariais em R\$ 53,7 milhões, líquidos dos tributos diferidos, e a reversão de R\$ 91,5 milhões de tributos fiscais diferidos devido à redução da base fiscal, reflexo da imunidade tributária do IRPJ.

Nota 18. Receita bruta e Receita líquida

18.1. Receita bruta

18.1.1. Composição por obrigação de desempenho

Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Hospedagem de aplicações	2.265.344	2.231.376
Desenvolvimento e manutenção de software	228.805	205.083
Auditoria e Ambientes de Rede Local	125.914	149.576
Emplacamento - Sistema Nacional de Emplacamento	114.308	94.423
Calendário	103.978	97.453
Gestão de Margem Consignável	90.850	93.168
Administração de rede de longa distância	74.986	92.883
Dematran Consultoria Online	43.807	34.288
Infoconv	41.940	34.432
Emissão de CNH	36.456	25.897
Demais obrigações de desempenho	285.242	276.557
Serviços a Faturar (CPC 47)	2.335	(17.402)
Total	3.413.746	3.278.314

Em 2021, a Receita Bruta apresentou crescimento de R\$ 135,4 milhões quando comparado ao ano de 2020. A variação positiva de receita, no período analisado, é fruto dos esforços voltados para a diversificação de carteira e ampliação do portfólio de serviços, que trouxeram resultados positivos, evidenciados pelo crescimento da participação do mercado privado.

18.1.2. Receita maiores clientes

Cliente	Vinculado	Dez/2021	Dez/2020
SFRB – Secretaria da Receita Federal do Brasil	Min. Economia	1.442.485	1.488.020
ME – Ministério da Economia – Diretoria Adm. Logística	Min. Economia	486.669	483.176
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	Min. Economia	243.241	232.394
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Min. Economia	185.222	189.732
MFRA – Ministério da Infraestrutura	Min. Infraestrutura	175.550	51.791
SENASP – Secretaria Gestão e Ensino em Segurança	Min. Justiça	68.256	58.376
DNAT – Depto. Nacional Infraestrutura de Transportes	Min. Infraestrutura	39.935	37.594
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Ref. Agrária	Min. Agricultura	18.494	12.734
MP – Ministério Planejamento Desenvolvimento Gestão	Min. Economia	18.432	31.417
SUPRUMA – Superintendência Zona Franca de Manaus	Min. Economia	16.340	17.220
Demais Clientes Públicos		189.833	261.800
Cliente Público (Total)		2.893.157	2.874.254
Clientes Privados		515.254	421.461
Serviços a Faturar (CPC 47)		2.335	(17.402)
Receita Total		3.413.746	3.278.314

Considerando a receita por cliente, observamos um antecipo de 0,66%, cerca de R\$ 18,9 milhões, referentes a clientes públicos, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com relação aos clientes privados ocorreu um antecipo de 22,97%, no montante de 96,8 milhões, que denota forte expansão nessa área de negócio.

18.2. Receita líquida

Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Receita bruta	3.413.746	3.278.314
(-) ISS	(75.352)	(74.862)
(-) PIS/PASEP	(15.558)	(30.659)
(-) COFINS	(237.495)	(233.357)
(-) ICMS	22	(95)
(-) ISS patronal	(148.408)	(145.211)
(-) Descontos concedidos	(108.525)	(24.387)
(-) Vendas canceladas	(24.150)	(12.245)
Receita operacional líquida	2.786.237	2.736.517

Nota 19. Custos e Despesas Operacionais

19.1. Composição dos Custos e Despesas operacionais

Descrição	CSP	Dez/2021	Total	CSP	Dez/2020	Total
Despesas de Pessoal	(1.128.327)	(497.865)	(1.626.192)	(1.173.788)	(628.356)	(1.802.383)
Depreciação/Amortização	(67.199)	(33.621)	(100.820)	(85.160)	(122.118)	(97.377)
Locação	(61.793)	(22.567)	(84.369)	(44.456)	(11.142)	(55.598)
Manutenção	(64.344)	(24.717)	(89.061)	(81.155)	(42.200)	(123.475)
Comunicação	(34.716)	(7.493)	(42.209)	(31.472)	(7.203)	(38.675)
Serviços Profissionais	(80.549)	(30.884)	(111.433)	(57.880)	(35.304)	(93.184)
Serviços Públicos	(19.051)	(8.043)	(27.095)	(14.789)	(9.276)	(24.065)
Créditos e Receitas	(28.297)	(28.297)				(61.586)
Créditos Tributários	4.299		4.299	14.736		14.736
Desp. Tributárias	(4.370)	(4.370)		(3.163)		(3.163)
Variações	(2.188)	(8.573)	(10.761)	(250)	(4.373)	(5.222)
Outras Despesas/Receitas	(500)	(50.467)	(50.967)	(824)	(11.368)	(12.192)
Recursos	(53.331)	(53.331)		(45.043)		(45.043)
Total	(1.467.549)	(773.399)	(2.240.948)	(1.474.826)	(873.718)	(2.348.544)

19.2. Aumentos e Reduções dos gastos

Em relação aos grupos que mais impactaram os gastos em 2021, quando comparados a dezembro de 2020, destacamos: Gasto com pessoal reduziu 9,85% (R\$ 29,3 milhões). Manutenção reduziu 23,75% (R\$ 17,3 milhões). Gastos com locação aumentou 51,73% (R\$ 28,7 milhões). Serviços profissionais e contratos aumentou 40,28% (R\$ 37,5 milhões). Outras Despesas e Receitas aumentou 321,57% (R\$39,2 milhões).

19.2.1. Quanto aos aumentos

Destacamos os gastos com Locação, aumento de 51,73%, (R\$ 28,7 milhões) em decorrência da contratação de licenças de ambientes operacionais, conforme a estratégia da empresa.

Serviços Profissionais e contratos: apresentaram aumento de 40,28% (R\$ 37,5 milhões) devido, principalmente, as contratações de “consultorias” onde foram alocados os contratos de suporte técnico de softwares.

Outras Despesas/Receitas: apresentaram aumento de 321,57%, R\$39,2 milhões maior que o mesmo período do exercício anterior, decorrente principalmente do aumento de R\$ 32,2 milhões referente à provisão de ISS a devolver aos clientes em função da aplicação da imunidade tributária e ainda a ocorrência da baixa líquida de R\$ 9,1 milhões referente ao item do Honorário.

19.2.2. Quanto às reduções

Destacamos que o gasto com pessoal apresentou redução de 9,89%, R\$ 178,3 milhões inferior ao mesmo período de 2020. Tal redução é justificada pela adesão de 838 empregados ao Plano de Demissão Voluntária conduzido em dezembro/2020.

Resultado com Créditos a Receber reduziu R\$ 57,65%, 35,7 milhões quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, devido, essencialmente, à administração do exercício anterior e da revisão da metodologia de reconhecimento de PCCD, de Luz do CPC 48.

O gasto com manutenção sofreu redução de 23,75%, uma queda de 29,3 milhões ao comparar com o exercício de 2020. Esse movimento foi influenciado, principalmente, pelas ações do programa de otimização de gastos – POG.

Nota 20. Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de R\$
Despesa Financeira	Dez/2021 Dez/2020
Despesa Financeira	(17.665) (33.424)
Receita Financeira	90.789 97.154
Resultado Financeiro	73.124 63.730

Houve um aumento no resultado financeiro, quando comparado com o exercício anterior, em 14,74%, correspondente a R\$ 9,4 milhões, principalmente, devido a: restrição gradual da SELIC, partir do segundo semestre de 2021; redução da despesa financeira em função do reconhecimento, em 2020, dos descontos decorrentes da utilização da base de dados de clientes.

Nota 21. Tributos sobre o lucro

O SERPRO aplica o IRPJ e o CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual, e no exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Civil Originária nº 2.658/DF transitada em julgado, e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real, a parcela do resultado atribuída aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o lucro decorrente do resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas).

Por inexistir regra específica para as empresas públicas quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados autônomos da prestação de serviços imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades do direito privado foi proporcional à receita líquida futura.

Quanto ao ICPC 22 – Incentivo sobre o tratamento de tributos sobre o lucro em como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o lucro, a Empresa avaliou os requisitos da norma e não identificaram impactos quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

Descrição	Em milhares de R\$
IRPJ e CSLL correntes	Dez/2021 Dez/2020
IRPJ e CSLL correntes	(103.786) (76.585)
IRPJ e CSLL diferidos	(125.252) 66.330
Total	(229.038) (10.255)

21.1. Conciliação da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

R\$ 620 milhões) resultaram numa alíquota efetiva de 36,94%, equivalente a despesa de R\$ 229 milhões. Esse resultado foi influenciado pelo acréscimo do lucro operacional, exclusão de lucro atribuído ao setor público, compensação de prejuízo e pelas variações das diferenças temporárias, observados nos tributos correntes. Entretanto, os tributos diferidos contribuíram com 54,69% para o aumento.	
--	--



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



E ainda, foi constituído IR Diferido sobre o **saldo do Prejuízo Fiscal**, conforme demonstrado no NE 21,2,

21.1.1. Demonstração de apuração do lucro e excludo do IRPJ

A distribuição da Receita Líquida está descrita a seguir:

	Dez/2021	%	Dez/2020	%
Descrição				
Receita Operacional Líquida	2.786.237		2.739.373	
(a) Receita operacional líquida a futuro	(14.053)		(2.256)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	2.772.184		2.736.517	
Receita líquida atribuída ao setor público	2.525.267	83,16	2.347.193	85,77
Receita líquida atribuída ao setor privado	467.917	16,84	389.325	14,23

A apuração do lucro atribuído ao setor público, com excludo do IRPJ, está demonstrada a seguir:

	Dez/2021	%	Dez/2020	%
Em milhares de R\$				
Descrição				
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	620.022		451.702	
Adições/Exclusões	(14.053)		(2.256)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	605.969		446.969	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	503.897	83,16	383.379	85,77
Lucro atribuído ao Setor Privado	102.067	16,84	63.595	14,23
IR s/ lucro atribuído ao Setor Público Imune a excluir	125.974		95.845	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 503,9 milhões), que corresponde à **exclusão de R\$ 125,9 milhões** do IRPJ corrente em 2021.

21.2. Movimentação saldos – ativos e passivos fiscais diferidos

	Dez/2020	DRE	PL	Dez/2021
Em milhares de R\$				
Descrição				
(a) Passivo fiscal diferido – Circulante	(49.687)	31.262	(17.805)	
Provisão Ativa – Receita a Futuro (Cp 47)	24.328	(14.053)	(17.805)	
Distribuição de Superávit SERPROS – CP	(7.534)	7.534		
(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	615.687	(202.245)	(90.584)	313.487
Provisões de processos trabalhistas e civis	145.251	(87.871)		57.380
Passivo atuarial	206.444	(33.756)	(90.584)	72.834
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	128.862	(77.754)		51.108
Provisões Tributárias	47.832	(14.053)		17.469
Provisões Tributárias	70.002	(12.180)		57.821
Outras provisões	12.993	(10.071)		2.976
Saldo do Prejuízo Fiscal – IRPJ	53.073			53.890
Saldo da Base Negativa – CSLL	4.303	(4.303)		
(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(115.572)	45.232	24.242	(46.099)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	19.574	(19.574)		
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(36.612)	24.188		(12.824)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(40.166)	1.746	24.242	(14.158)
(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulantes (b) + (c)	590.115	(157.114)	(75.612)	267.389
(e) Total: Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)	450.448	(125.252)	(75.612)	249.584

Os tributos diferidos foram reconhecidos às alíquotas nominais do imposto de renda e da contribuição social. O **saldo líquido de R\$ 249,5 milhões** resulta da diferença entre o **ativo fiscal diferido** (R\$ 313,5 milhões) e o **passivo fiscal diferido** do circulante (R\$ 17,8 milhões) e **não circulante** (R\$ 46 milhões). O **crédito relativo** às provisões tributárias foi constituído sobre o IPTU, ISS e o PASEC/OPFINS a receber registrados no passivo não circulante, e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões.

Na **contenciosos** dos tributos diferidos para o encerramento de 2021, o SERPRO decidiu, conforme consta na Ata RDO-47/2021, constituir **ativo fiscal diferido** sobre o **saldo do prejuízo fiscal** para o IRPJ (R\$ 53,9 milhões) e, **excluir** da base fiscal das diferenças temporárias (ativos e passivos) a proporção atrelada aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas (83,16%) para constituição do IRPJ diferido, conferindo o mesmo tratamento aplicado ao imposto corrente. Partes destes ativos e passivos serão **excluídos** quando de suas realizações pelo **existência da parcela não imune**, com a aplicação da imunidade tributária.

Os créditos fiscais diferidos reduziram R\$ 200,9 milhões, passando de R\$ 450,4 milhões em Dez/2020 para R\$ 249,5 milhões em Dez/2021.

	2021	Em milhares de R\$
Descrição		
Saldo em 1º de janeiro	450.448	605.135
Efeito no Resultado	(125.252)	66.330
Ativos e Passivos temporários	(47.832)	52.628
Utilização de créditos sobre prejuízo fiscal	(4.303)	(16.488)
Constituição de créditos sobre prejuízo fiscal	53.979	
Excludo do Patrimônio Líquido	(75.612)	(221.017)
Outros Resultados Abrangentes	(90.584)	(205.821)
Reversão sobre ajuste da PECLD (NE 33)	24.242	(15.196)
Movimentação do Ativo e Passivo Fiscal Diferido	(200.864)	(154.687)
Saldo em 31 de dezembro	249.584	450.448

21.3. Reflexo da aplicação da Imunidade Tributária no IRPJ

O reflexo da aplicação dos tributos correntes teve os seguintes impactos:

	Com Imunidade	Em milhares de R\$
Descrição		
Lucro antes dos Tributos	620.022	620.022
(a) Tributos sobre o lucro a 34%	(210.807)	(210.807)
(b) Ajustes que afetaram os tributos	17.021	(25.602)
Incentivos fiscais	2.482	2.557
Demais ajustes e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	(44.073)	(44.073)
Excludo do lucro atribuído ao setor público	150.974	125.974
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(22.638)	15.914
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)	(193.788)	(133.623)

O reflexo da apuração dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais teve os seguintes impactos:

	Com Imunidade	Em milhares de R\$
Descrição		
AFD de IRPJ não		
constituído sobre saldo de prejuízo fiscal	Prejuízo AFD constituído	Prejuízo fiscal
Saldo em Dez/2020	289.280	72.270
Compensação de 30%	(18.290)	(46.263)
Saldo em Dez/2021	271.918	53.889

Nota 22. Benefícios e empregados

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados os benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados são classificados pela NBC TG 33 (R1) como benefícios pós-emprego, ou seja, serão devidos ao empregado após o término de sua fase laborativa.

22.1. Programas previdenciários

A empresa oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em plano de previdência complementar. Os planos são administrados pelo SERPROS (Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC Fundo Multipatrocinado), constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Como o SERPRO adota as normas do International Accounting Standards Board – IASB, emite e faz a avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego.

Quanto às Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD dos Fundos de Investimento Multimebancado e Participações, estas são reconhecidas pelas administrações dos fundos respectivos. A diferença entre o montante registrado e o valor recuperável (impairment) constitui esses valores, de modo a tornar a informação contábil mais consistente. Portanto, para os investimentos com evidências objetivas de riscos e incertezas de recuperabilidade, a EFPC SERPROS aplica a NBC TG 01 Teste de Recuperabilidade de Ativos.

22.1.1. Planos de previdência

22.1.1.1. Plano PS-II Benefício Definido (BD)

O Plano PS-II, estruturado como Benefício Definido (BD), encontra-se **saldo** desde 01/04/2013, sob amparo legal. Os benefícios já concedidos e suas respectivas regulamentares nos níveis anteriormente pactuados estão mantidos. Para os colaboradores ainda ativos, o benefício proporcional até então capitalizado passou a ser garantido. O Plano disponibiliza os seguintes benefícios instituídos:

a) Participantes: Suplementação de aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, especial, aos ex-combatentes, por invalidez, assim como auxílio-doença, pensão por morte e auxílio-reclusão;

b) Beneficiários: pensão por morte, suplementações concedidas sob a forma de renda mensal, adicionada de Abono Anual.

22.1.1.2. Plano PS-II Contribuição Variável (CV)

O Plano PS-II, estruturado na modalidade de Plano de Contribuição Variável (CV), encontra-se aberto para novas adesões. É um plano que possui características de Contribuição Definida (CD), na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de pós-concessão.

O Plano disponibiliza as seguintes benefícios instituídos:

a) Participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional definido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual;

b) Beneficiários: pensão por morte, pensão por morte, auxílio-reclusão e abono anual;

c) Designados: pensão por morte;

22.1.2. Avaliação Atuarial dos planos de benefício (PS-I e PS-II)

O SERPRO contratou a empresa Assistants Consultoria Atuarial para avaliação e emissão do Relatório de Avaliação Atuarial à luz da NBC TG 33, com data base para 31/12/2021.

22.1.2.1. Base de dados

A consultoria atuarial foi suprida com a base de dados dos participantes ativos, inativos e pensionistas, relativas a cada plano mantido, fornecida pela empresa e pela Entidade de Previdência Complementar, contendo matriciais, datas de nascimento, datas de admissão, valores de salários e benefícios. Além disso, foram fornecidos os regulamentos dos planos previdenciários e informações contábeis e financeiras, quando solicitadas, as quais não foram objeto de revisão por parte da consultoria Assistants, que considerou todos os dados encaminhados como verdadeiros e corretos.

22.1.2.2. Hipóteses atuariais e financeiras

De acordo com a legislação aplicável à estimativa de obrigações de benefícios pós-emprego, especialmente os Pronunciamentos nº 29 e 33 do CPC e as normas do IFRS – International Financial Reporting Standards, adotado o método da UCP – Unidade de Crédito Projetada, considerando-se como período de aquisição de direitos, aquele determinado pela diferença entre as idades de entrada e de aposentadoria na empresa.

22.1.2.3. Premissas utilizadas na avaliação atuarial

As premissas utilizadas na avaliação atuarial foram as seguintes:

a) Taxa de desconto: Para a definição da taxa de juros de longo prazo foram adotadas as taxas de mercado dadas pelos títulos de fluxo do governo federal em **leilões** mais recentes (NTN-B), comparadas ao fluxo das obrigações de longo prazo, sob a metodologia chamada de “Duration”. A Duration, ou Duração de Macaulay, é definida como o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa.

b) Taxa de mortalidade: Para Plano PS-II foi adotada a tabela AT2012, agravada em 10%, para Plano PS-II. Foi adotada a tabela AT2012, desgravada em 10% e para PAS. Foi adotada a tabela AT2012, desgravada em 10%;

c) Composição familiar: A composição familiar real encaminhada pela empresa revelou que, em média, as mulheres são 3 anos mais jovens que seus cônjuges. Para o Plano PS-I, a probabilidade de casados é de 81,60% e para o Plano PS-II é de 85,90%;

d) Inflação projetada: Segundo o Boletim Fomex, do Banco Central do Brasil – BACEN na data de 12/11/2021, a estimativa inflação para o próximo exercício é de 4,79%;

e) Rentabilidade esperada para os ativos financeiros: A rentabilidade dos ativos financeiros, projetada para o próximo exercício, é de 10,32% (taxa nominal) para os Planos PS-I e PS-II;

f) Tabelas de entrada em invalidez: Conforme teste de aderência realizado pela SERPROS, foram aplicadas as seguintes tabelas para a população de **invalidez**: Plano PS-I: Grupo Americana, desgravada em 50% Plano PS-II: Grupo Americana, desgravada em 50% PAS: Grupo Americana, desgravada em 50%;

g) Tabelas de mortalidade de invalidez: Segundo o Teste de Aderência realizado pela Entidade de Previdência Complementar – SERPROS, foram utilizadas as seguintes tabelas biométricas: Plano PS-I: Tabelas AT-49, segregada por sexo Plano PS-II: Tabela MI-2006, masculina PAS: Tabela MI-2006, masculina;

h) Rotatividade: A rotatividade foi considerada nula, para o Plano PS-I e de 1%, para todas as idades até 65 anos, para o Plano PS-II;

i) Fator de capacidade para benefícios e salários: De acordo com as projeções inflacionárias atuais, o fator de capacidade foi estabelecido em 97,75%.

22.1.3. Resultado da avaliação atuarial

A Assistants tomou por base os pagamentos de benefícios e as contribuições arrecadadas de acordo com os dados contábeis do SERPROS fornecidos na base de 31/12/2021.

22.1.3.1. Avaliação atuarial – Plano PS-I

	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Em milhares de R\$			
Descrição			
Obrigações no início do exercício	3.247.793	3.302.168	3.218.164
Custo do serviço corrente			
Contribuições de participantes ativos	2.433	2.433	322,693
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	216,313	235,243	
(Ganhos)/Perdas atuariais	5.547	(142,034)	
(c) Benefícios pagos no ano	(167,484)	(178,696)	(184,533)
Obrigações no final do exercício	3.302,168	3.218,164	3.357,223
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	2.395,049	2.894,079	2.887,248
Contribuições normais e extraordinárias patronais	170,599	206,097	287,006
Contribuições normais e extraordinárias – participantes ativos	20,024	15,726	20,671
Benefícios pagos	(167,484)	(178,696)	(184,533)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	275,791	(176,691)	
Ativos financeiros no final do exercício	2.694,079	2.687,448	2.773,541
(Deficit)/Superávit apurado	(607,189)	(551,316)	(583,782)
Asses Calings (Plano PAS)			
(c) Contrato de dívida já reconhecido			
Passivo líquido ao final do exercício	(607,189)	(551,316)	(583,782)

22.1.3.2 Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas – Plano PS-I

	Em milhares de R\$
Descrição	
Taxa	
Total da obrigação	3.218,164
Real	2.896,926
Aumento (1%)	2.896,926
Redução (1%)	3.589,895
	11%

22.1.3.2. Resultado da avaliação atuarial – Plano PS-II

	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Em milhares de R\$			
Descrição			
Obrigações no início do exercício	1.037,722	1.010,390	1.484,811
Custo do serviço corrente	4,414	2,988	815
Contribuições de participantes ativos	70,330	71,815	149,687
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	(28,940)	480,375	
(Ganhos)/Perdas atuariais	(73,126)	(156,091)	(68,247)
Obrigações no final do exercício	1.010,390	1.484,811	1.567,067
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	1.363,191	1.598,571	1.588,347
Contribuições normais e extraordinárias patronais	113,019	116,496	167,946
Contribuições normais e extraordinárias – participantes ativos	16,546	65,402	74,784
Benefícios pagos	(73,126)	(156,091)	(68,247)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(20,059)	(176,763)	
Ativos financeiros no final do exercício	1.098,271	1.588,347	1.838,141
(Deficit)/Superávit apurado	589,181	104,137	271,074
Asses Calings (Plano PAS)			
Passivo líquido ao final do exercício	(589,181)	(104,137)	(271,074)

22.1.3.4 Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas-Plano PS-II

	Em milhares de R\$
Descrição	
Taxa	
Total da Obrigação	1.484,811
Real	1.356,152
Aumento (1%)	1.356,152
Redução (1%)	1.651,615
	11%

22.2. Programa de Assistência à Saúde – PAS/SERPRO

O Programa de Assistência à Saúde do SERPRO – PAS/SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de **autogestão**, oferecido **exclusivamente** aos colaboradores de Empresa, seus dependentes e agregados por eles designados. Os beneficiários deste Programa são classificados nos seguintes grupos:

Grupos	Descrição
Grupo I	Empregados ativos: empregados em efetivo exercício na Empresa, desde que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como de seus dependentes, assegurando as limitações previstas em regulamento. O custeio do grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (sua contribuição sob estabelecidas de acordo com a referência salarial do empregado), quanto dos próprios empregados. Estes contribuem, a título de contrapartida, com um valor fixo mensal, diferenciado por faixa etária, mais 20% por utilização em consultas médicas.

Empregados inativos/ agregados: os empregados ativos serão transferidos do Grupo I ao Grupo II, quando ocorrer o **desligamento** sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho, em razão de **licença** sem remuneração. Os agregados também serão incluídos no Plano, de acordo com as limitações previstas em regulamentos. Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas são somente dos próprios beneficiários do Grupo II, o qual empregado responsável pelo agregado em consultas. Assim como no Grupo I, os valores são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de contrapartida.

APA: compõe também esse grupo os ex-empregados que aderiram às Ações de Preparação de Aposentadoria – APA ou ao programa de demissão voluntária – PDV, que no momento da adesão optaram por receber o incentivo e permanecer no plano. A mensalidade tem participação do SERPRO até uma data previamente determinada e, após esse período, o custeio passa a ser de responsabilidade integral do beneficiário.

22.2.1. Avaliação Atuarial dos planos de assistência à saúde

De acordo parecer da Assistants Consultoria Atuarial os dados relativos ao plano de assistência médica revelaram uma arrecadação média, para o grupo de aposentados (Grupo II), inferior aos custos médicos do período e ainda para o exercício de 2021, foi aprovada em 20/10/2021 – ATA RDO 42/2021, que contém o reajuste de 15,02% sobre o valor das mensalidades do PAS, Logo, considerando o reajuste proposto, a arrecadação média passa a ser superior aos custos apurados, não havendo a necessidade de constituição de passivos pós-emprego, conforme demonstrado a seguir:

Grupo I – empregados em atividade				Em R\$
Faixa etária	Total beneficiários	Idade média (anos)	Mensalidade média per capita (R\$)	Custo médio per capita (R\$)
0-18 anos	3.342	8,77	115,15	156,15
19-23 anos	755	20,88	436,24	321,15
24-29 anos	166	25,44	491,19	234,76
30-33 anos	414	31,36	572,12	450,09
34-38 anos	1.393	36,38	620,21	519,98
39-43 anos	2.021	40,86	633,52	449,31
44-48 anos	1.214	45,75	750,02	467,71
49-53 anos	865	51	780,85	578,74
54-58 anos	1.009	56,16	878,76	679,68
59 ou mais	3.894	65,03	1.354,71	1.084,78
Total geral	15,463	40,43	787,09	567,63

Grupo II – Aposentados e demitidos					Em R\$
Faixa etária	Total beneficiários	Idade média (anos)	Mensalidade média (R\$)	Custo médio per capita (R\$)	
0-18 anos	139	13,55	415,28		96,59
19-23 anos	263	21,6	436,24		238,2
24-29 anos	1.006	26,21	491,19		278,13
30-33 anos	81	30,28	572,72		75,47
34-38 anos	34	36,15	620,21		1.163,13
39-43 anos	38	41,13	633,52		331,92
44-48 anos	43	46,05	750,52		293,49
49-53 anos	101	51,38	760,85		376,58
54-58 anos	428	55,68	876,76		711,9
59 ou mais	5.095	69,05	1.064,71		1.283,37
Total geral	7.199	58,12	1.126,31		1.610,01



MINISTÉRIO DA ECONOMIA



PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

A Empresa está aderente aos limites definidos pela Resolução CGPAR nº 23/2018, no que tange ao custo do benefício de assistência à saúde.

22.3. Auxílio-alimentação

O benefício auxílio-alimentação é regido pelo Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, Lei nº 6.321/1976 e dÁsula 64ª do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT vigente. É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes, na modalidade cartão eletrônico.

Para o empregado, no ACT 2020/2022, foi fixado o valor mensal de R\$ 1.001 a partir de maio de 2020. Para os dirigentes, o valor mensal pago é de R\$ 778,03 desde abril/2019, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST.

22.4. Plano odontológico

O PAS-odontio/SERPRO é um benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico PREVIDENT, mediante adesão voluntária. Para participação é necessário o custeio de mensalidade de valor fixo por vida. Aos empregados e seus dependentes há patrocínio da Empresa no custeio das mensalidades na alíquota de 50% do valor de mensalidade.

Nota 23. Coberturas de Seguros

A Empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, erros e omissões, responsabilidade civil, vida em grupo e acidentes pessoais dos colaboradores do SERPRO, de acordo com a natureza de atividade e características dos riscos envolvidos. A seguir, uma tabela com os valores segurados, que são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros contratados.

Em milhares de R\$				
Seguradora Contratada	General Brasil Seguros S.A.	Gente Seguradora S.A.	Argo Seguros Brasil S/A	Argo Seguros Brasil S/A
Ativo	Bens Patrimoniais Múveis, Imóveis e Bens do segurado em locais de terceiros	Vida em grupo e acidentados pessoais	Responsabilidade civil dos membros do Conselho	Responsabilidade civil referente às atividades de certificação digital
	Federação, Danos Eletrônicos, Vandalismo, Desmoroamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas	Morte, indenização especial de morte por acidente, invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	Administração, do Conselho Fiscal, Diretoria e Superintendentes responsáveis pelas atividades do SERPRO	Reparação por prejuízos financeiros causados a terceiros por erros e omissões
Tipo de Cobertura			Responsabilidade Civil à base de Reatuação	Reparação por prejuízos financeiros causados a terceiros por erros e omissões
Valor Anual Contratado	261	33	360	9
Valor Total Contratado	632	163	1.485	15
Valor Total Assegurado	1.536,306	2.964	30.000	1.000

Nota 24. Partes Relacionadas

24.1. Remuneração dos dirigentes

Remuneração de dirigentes nos casos de cargos diretivos é composta da maior remuneração no valor de R\$ 39,217,59 e a menor remuneração de R\$ 34,511,48, sendo a média constituída de R\$ 35,183,78.

24.2. Remuneração dos conselheiros e membros do comitê de auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, o que representa R\$ 3.811,58, incluindo 13% salário. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria representam R\$ 5,203,50 mensais.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço Federal de Processamento de Dados ("Empresa" ou "SERPRO"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração do SERPRO, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme solicitado, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações dos valores adicionados foram adequadamente elaboradas em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reapresentação de valores correspondentes aos exercícios anteriores

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do SERPRO em 31 de dezembro de 2021, examinamos também os ajustes descritas na Nota Explicativa nº 3 que foram efetuados para alterar os saldos correspondentes do SERPRO de 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os saldos correspondentes do SERPRO referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e, portanto, não expressamos conclusão, opinião ou qualquer forma de associação sobre os saldos correspondentes de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tomados em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras incluem valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação. Esses valores foram auditados por outros auditores independentes que emitiram seu relatório de auditoria em 01 de março de 2021, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do SERPRO é responsável pela apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a SERPRO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a organização ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

24.3. Remuneração dos empregados

A política salarial do SERPRO contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$ 1.806,71 e R\$ 45,161,08, A média salarial para esses cargos é de R\$ 10,719,17. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 5,203,97 e R\$ 39,273,00 e média de R\$ 18,378,37. A média salarial de todos os empregados da empresa é de R\$ 11,696,21.

24.4. Entidade Fechada de Previdência Complementar

O SERPROS Fundo Multipatrocinado, entidade que administra os planos previdenciários dos empregados e ex-empregados, é considerado parte relacionada do SERPRO, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, parcialmente, por conselheiros indicados pelo Patrocinador e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos (empregados ou ex-empregados do Patrocinador). Além disso, a Empresa indica todos os integrantes da Diretoria Executiva da entidade.

24.5. Composição dos órgãos estatutários

O Conselho de Administração é composto, atualmente de 6 membros e o Conselho Fiscal de 3. O Ministério da Economia, dentre relevante e órgão ao qual o SERPRO é diretamente vinculado, possui 4 representantes no Conselho de Administração e 3 representantes no Conselho Fiscal.

24.6. Transações comerciais

Clientes	Em milhares de R\$				
	Receita Bruta	Faturas a vencer	Faturas vencidas	Faturas a vencer	Faturas a vencer
		Até 365 dias ou mais	365 dias ou mais	Até 365 dias ou mais	365 dias ou mais
SERFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1,442,495	30	273	112,669	243,280
ME• Min. Economia – Diretoria Adm. Logística	496,609	48,399	90,912	8,342	125
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	243,241				
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	185,222	14,827	11,494	22,928	
MINFRA - Min. Infraestrutura	175,550		651	67	695
SENASAP - Sec. Gestão e Ensino em Segurança Pública	68,256	6,107	6,193	1,109	
DNIT - Depto Nacional Infraestrutura de Transportes	36,395	5,529	1,128	169	
INCRA - Instituto Nacional Colonização e Reforma	18,494			2,285	
MP - Min. Planejamento Desenvolvimento e Gestão	18,432	1,151	1,800	42,066	
SUPRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus	16,040	2,439	10	30	
Total	2,703,324	79,882	112,461	189,615	244,100

Conforme prevê o artigo 4º do Estatuto Social, entre as finalidades do SERPRO, consta a de atender prontamente aos órgãos do Ministério da Economia.

Glênio Gurjão Barreto Diretor Presidente	Antônio de Pádua Ferreira Passos Diretor de Administração
André de Cesaro Diretor de Relacionamento com Clientes	Antônio dos Santos Guerra Neto Diretor de Operações
André Sucupira Diretor Jurídico, Governança e Gestão	Ricardo Cezar de Moura Jucá Diretor de Desenvolvimento
André Sucupira Diretor de Desenvolvimento Humano (em exercício)	Carla Ribeiro Alves Marques Controladora CRC 015723/O-9

Os responsáveis pela governança da SERPRO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a SERPRO a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 DF 0025878

Fabiano de Oliveira Barbosa

Controlador CRC 1 DF 0158270-3

Brasília, 17 de março de 2022.

CONSELHO FISCAL

Parere CF-01/2022

Assuntos: Demonstrações Financeiras, Destinação de Resultados e Relatório Integrado Anual.

O Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelos incisos II, III e VIII do Artigo nº 1º da Lei nº 6.404/1976 e incisos II e V do artigo nº 3º do Estatuto Social do SERPRO, examinou o Relatório Integrado Anual e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021.

Teve por base avaliações precursoras, a saber:

i) Relatório Comitê de Auditoria do Serpro, de 08/03/2022, com a conclusão transcrita a seguir para registro: "O Comitê de Auditoria entende que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Expressa, portanto, por informações da confiabilidade, da Administração e pelo relatório dos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes, emitido sem ressalvas ou reservas, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conclui que as demonstrações financeiras para o ano de 2021, apresentadas em 31 de dezembro de 2021, estão adequadas e livres de distorções relevantes e recomendando a aprovação pelo Conselho de Administração do Serpro"; e

ii) Relatório das Auditorias Externas - BDO RCS Auditores Independentes, de 17/03/2022, que não apresentou quaisquer ressalvas ou defesas, e expressou a opinião transcrita a seguir para registro: "Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço Federal de Processamento de Dados - Companhia ou 'SERPRO', que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil".

Na mesma ocasião, considerando a Política de Dividendos do SERPRO vigente (Deliberação CH403/2019), o Conselho Fiscal também examinou e concordou com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, de R\$ 39.808.025,94 (trinta e nove milhões, novecentos e oitenta e três mil, novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos), considerando os Ajustes de Exercícios Anteriores de R\$ 5.226.236,73 (cinco milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos) e a Realização da Reserva de Reavaliação de R\$ 5.674,726,35 (cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais e trinta e três centavos), já contemplados nas referidas demonstrações financeiras, conforme a seguinte destinação:

- Destinar à Reserva Legal, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social, o valor de R\$ 19.549.196,28 (dezoito milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, cento e noventa e seis reais e vinte e oito centavos);
- Imputar os Juros Sobre Capital Próprio ao dividendo mínimo obrigatório até o limite da TJLP no valor de R\$ 938.104.833,38 (novecentos e trinta e oito milhões, oitocentos e dez mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos), nos termos da Lei nº 9.249/1995, da IN IB nº 17/2007 e do Estatuto Social. Em complementação, para alinhamento da remuneração mínima de 25% sobre o lucro líquido ajustado, destinar o valor de R\$ 1.584.773,91 (um milhão, trezentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e noventa e um centavos) para pagamento de dividendos;
- Destinar o valor de R\$ 29.470.500,19 (doze milhões e noventa e quatro mil, quatrocentos e setenta mil, quinhentos reais e doze centavos) como Dividendos Complementares, após aprovação da destinação do resultado pela Assembleia Geral Ordinária.

O Conselho Fiscal entende que o Relatório Integrado Anual, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro do exercício encerrado em condições de serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária prevista de ser realizada em 26 de abril de 2022, na forma dos incisos I e II, do artigo 12º do Estatuto Social.

Brasília, 21 de março de 2022.

MARCELO DAS VARELLA

Conselheiro

RODRIGO REBOUCAS MARCONDES

Presidente do Conselho

FABRÍCIO STORBIEMA DE LIMA

Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARERE CA - 01/2022

Assunto: Relatório Integrado Anual – RIA, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas encerramento do exercício de 2021. Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2021.

O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, nos incisos VII, XIV, XV e XX, do Estatuto Social do Serpro, e:

- Considerando que o Relatório Integrado Anual – RIA atende o disposto no art. 133, da Lei nº 6.404/1976 e abarca os temas relacionados aos negócios e às principais realizações administrativas do exercício findo;
- Considerando que a Auditoria Interna nº 2022/006 conclui que, de modo geral, os controles internos examinados são razoáveis para assegurar a fidelidade dos registros contábeis referentes às demonstrações financeiras do exercício de 2021, sendo emitidas recomendações para melhoria dos controles das medidas compensatórias e de valores a receber;
- Considerando que o Parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS, sem ressalvas ou ênfases, assinado em 17 de março de 2022, certifica que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serpro, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- Considerando que o Relatório Comitê de Auditoria do Serpro – COAUD, datado de 08 de março de 2022, opina que as demonstrações financeiras para o ano de 2021 estão adequadas e livres de distorções relevantes e recomendando a aprovação pelo Conselho de Administração; e
- Considerando que a proposta para a Destinação do Resultado do Exercício Social de 2021 atende às previsões legais, estatutárias e Políticas de Dividendos da Empresa.

Manifesta-se favoravelmente ao Relatório Integrado Anual – RIA, às Demonstrações Financeiras da Empresa, pertinentes ao Exercício Social iniciado em 1º de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2021, à Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2021, bem como ao envio para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 26 de abril de 2022.

CÉSAR AUGUSTO GUIMARÃES

Conselheiro

JOÃO PEDRO VIOLA LADEIRA

Conselheiro Independente

MARCO PAULO REIS TANURE

Conselheiro

JOÃO MANOEL DA CRUZ SIÕES

Conselheiro

MARCO AURÉLIO SOBROSA FRIEDL

Conselheiro Representante dos Empregados

RAFAEL BACCA MACCHADO

Conselheiro Independente

LUÍS FELPE SALIN MONTEIRO

Presidente do Conselho